ANTIGUIDADES DO PORTO

Ao Ill.mo Snr. Agostinho da Rocha offerece o Auctor

ANTIGUIDADES DO PORTO

[illegible]

ANTIGUIDADES DO PORTO

POR

SIMÃO RODRIGUES FERREIRA

PORTO
Typographia Lusitana
84—Rua das Flores—84

1875.

ADVERTENCIA

Dando á estampa as *Antiguidades do Porto*, não nos persuadimos que se diz a última palavra sobre o assumpto; muito ao contrario d'isso, por quanto a Historia antiga do Porto, que está por escrever ainda, reclama longas e penosas indagações, e o presente volume apenas compendeia algumas, abrindo terreno para novos exploradores.

E' certo porém, que do Porto antigo pouco se sabe, e do que ha escripto pouquissimo ha a aproveitar. O *Catalogo dos bispos do Porto*, do aliás muito prolixo D. Rodrigo da Cunha,

expande-se em divagações em geral sem critica, e os factos ficam na sua quasi primitiva obscuridade. Agostinho Rebello da Costa, na sua *Descripção topographica e historica da cidade do Porto,* por mais d'uma vez é pouco seguro farol, chegando até o seu livro a merecer bem violentas censuras (1). Se nos soccorermos ás *Chronicas monasticas*, nos pontos em que fazem referencia ao Porto, encontra-se o mesmo espirito crente e pouco investigador, de que foi mestre o grande perturbador da historia, frei Bernardo de Brito, e o seu apocrypho Laimundo; ou, o que é peor ainda, as conveniencias da ordem monastica atropellando a historia, e enredando-a e transtornando-a, para satisfazer os interesses e as vaidades da corporação.

Em quanto aos archivos existentes, de todos é sobejamente sabido quão difficil é a exploração, principalmente quando o investigador não vae revestido de caracter official, e a investigação não reverte em interesse da

(1) V. carta dirigida por Thomaz Modessan ao editor do Jornal Encyclopedico, Lisboa, 1789.

corporação que se explora. As occupações de hoje não permittem que se olhe para o passado, e até não raras vezes o passado esconde alguma cousa que não convém devassar, para não ferir interesses que o uso ou o abuso sanccionou.

Posto isto, comprehende-se bem que as *Antiguidades*, com quanto não preencham completamente a grande lacuna que existe da *Historia do Porto*, custaram longas e penosas fadigas, e são mais um passo dado no obscuro caminho da historia, que muitos abandonam apenas o começam, ou nem sequer procuram seguir, por de sobejo lhe conhecerem os abrolhos de que é tapetado.

Seja como fôr, por satisfeito se dará o auctor, e nós tambem, se com a publicação das *Antiguidades* provocarmos futuros investigadores a completar o trabalho, e a engrandecer a terra, que tanto o merece á face da historia.

Porto, 18 de Agosto de 1875.

Os Editores.

ERRATAS

				ERROS	EMENDAS
Pag.	8	—lin.	9	Callaieda	Callaicia
»	35	»	24	ao	o
»	87	»	5	pridi	prioli
»	91	»	6	falta o signal da nota	(91)
»	102	»	3	VIII	XI

Quaesquer outros descuidos de revisão que porventura se encontrem, facil é ao leitor corregil-os.

INTRODUCÇÃO

Os roteiros dos primeiros navegantes do seculo XV mais tarde produziram o nosso Vasco da Gama. Depois dos profundos trabalhos historicos de Amaral, Figueiredo, Viterbo e João Pedro Ribeiro, apparece Alexandre Herculano. Assim, os que vem primeiro aplanam o caminho aos que vem depois. Debaixo d'este intuito, escrevo as *Antiguidades do Porto,* desde os tempos mais remotos até aos principios da monarchia, por inclinação a estes estudos, e por ter compulsado muitas memorias e documentos para a historia de minha terra—Penafiel.

2

Tendo tomado nota de muitos apontamentos que dizem respeito ao Porto, e escrevendo-os chronologicamente n'este trabalho, offereço-os aos portuenses.

A geração presente, toda activa e energica para o que tem visos de interesse, sem se poupar a fadigas, por mais arduas e trabalhosas que sejam, para mais depressa se enriquecer e gozar, não o é assim para com as letras. Costumados á litteratura amena, ao romancismo e á politica facciosa, vê com tedio e horror estes estudos assaz trabalhosos, e que demandam quasi a vida de um homem.

Não lhe seria tambem muito agradavel correr montes e penedias, andar por entre mattos e silvas a procurar algumas memorias toscas e rudes, obras sem arte da architectura cyclopense, e as poucas que existem contam mais de tres mil annos, e são as memorias propriamente ditas das primeiras invasões dos galloecios ás margens do Tamega e foz do Douro. Muitas foram destruidas, ficando apenas os nomes por differentes terras, os quaes, investigados pela onomastica, (estudo novo e de nossos dias) nos levam ao

conhecimento de muitos factos historicos, que se ignoravam. São, pois, com muita propriedade, chamados os primeiros investigadores *mineiros da historia,* porque antes de chegarem aos jazigos metalicos, minaram muito, e revolveram muito cascalho e terra sem valor.

Escreveu o padre Rebello a *Historia do Porto,* mas tão deficiente e cheia d'erros crassos na parte antiga, e tão sem criterio, referindo factos inverosimeis e copiados do grande falsario fr. Bernardo de Brito, como o celebre tratado da paz ignominiosa entre a cidade do Porto, que não existia no tempo dos romanos, com a de Braga, sua patria, que bem preciso se torna, aproveitando os novos materiaes, restaurar a verdade, occulta ás vezes, deturpada outras.

Emendo muitos erros chronologicos, espalhados pelo *Nobiliario* attribuido ao conde D. Pedro, pelo *Catalogo dos Bispos do Porto,* e outros que seguiram esta chronologia.

Levantando um pouco o espesso veu do passado, escrevo as *Antiguidades* d'esta cidade heroica, uma das primeiras e a iniciadora

nas grandes idéas do seculo, e digna de uma historia modernamente escripta, e a historia do Porto bem escripta encherá alguns volumes.

Ao zêlo e amor pelas letras patrias dos ill.^{mos} snrs. Antonio Cabral e Tito de Noronha devem os portuenses a publicação d'este primeiro volume das *Antiguidades do Porto,* que a minhas expensas não podia publicar; assim como ao seu mesmo zêlo e amor ás letras devem os portuenses a recente publicação do *Espelho de Casados,* escripto por um portuense, ha mais de trezentos annos, e só reduzida a primeira edição a dois unicos exemplares conhecidos.

PRIMEIRAS INVASÕES

Nos primeiros tempos, quando começa a raiar a luz historica, todos os historiadores são concordes que duas emigrações distinctas povoaram a peninsula Iberica, assim chamada dos iberos, (homens alem do mar) que primeiro a habitaram desde o golfo de Gascunha até ao de Leão, e haviam fixado a sua residencia de tempos immemoriaes nos montes Pyreneos e terras adjacentes. Na sua maior extensão o rio Garona separou estes povos d'outra raça indo-europea—os celtas—que tambem de tempos remotos haviam estabelecido a sua residencia nas Gallias. Di-

feriam uns dos outros pela linguagem, usos e costumes. Ambos povos caçadores e pastores, muitas vezes se encontraram e guerrearam.

Não eram os iberos mais guerreiros que os celtas, mas occupando os Pyreneos, montes inaccessiveis, e por isso faceis de defender, por muitas vezes venceram e derrotaram os celtas, sem que estes, apesar das derrotas, deixassem de atacar sempre. Depois de muitas luctas e batalhas continuadas, cansados uns e outros, fizeram uma alliança, e unindo-se formaram a nação celtiberica, tão celebre na peninsula. As suas primeiras invasões seguiram as costas do Mediterraneo, e algumas terras do interior, que povoaram. Franqueados os Pyreneos, uma nova invasão de celtas irrompeu para a peninsula pelos Pyreneos occidentaes, occupando muitas terras banhadas pelo Oceano, e adjacentes, até ao Douro. Estes povos, denominados *celtas* na sua lingua, eram pelos gregos e romanos denominados *gallos*. Cesar, *De bello gallico*, assim diz:—«Ii, qui lingua sua celtæ, nostra Galli adpelantur.»—Estes povos, deno-

minados na sua lingua *celtas,* nós os denominâmos *gallos.*—Assim, nas invasões posteriores, eram denominados *gallici,* e d'este nome, as terras que occuparam para o lado do Oceano foram chamadas *Galliza.*

A sociedade politica d'estes povos tinha por elemento a tribu ou familia *(clan)*; as tribus formavam os povos ou nações, e estas as confederações ou ligas, ás quaes dava geralmente o nome a designação topographica do terreno que occupavam; assim, a que occupava as terras entre Tamega, Douro e Oceano, se denominava Tamarici ou Tamacana, e é d'esta que vou tractar, por ser a que occupou as terras do districto e cidade do Porto.

Com quanto estes povos nos deixassem, por entre os montes e bosques, algumas memorias toscas e grosseiras da sua existencia e outras, para certos e determinados fins, como as *penas* ou *penhas* para defeza do paiz, outras funerarias, como os *menires,* designadas pelos nossos escriptores do seculo passado com o nome de *antas,* outras religiosas, como as *dolmens,* e os circulos *crouleks,* memorias que contam mais de tres mil annos

de existencia conhecida; comtudo, para sabermos mais alguma coisa com certeza da sua geographia, temos de recorrer ás unicas fontes historicas, os historiadores gregos e romanos. Citarei tres dos mais distinctos: Plinio, Pomponio Mella e Strabão. Este ultimo foi o maior geographo e viajante dos antigos. Todos concordes, dividem a Galliza assim: — «Gallœcia, Callaieda diviza in quator tribus: Artabri, Nerii, Pezamarci, et Tamarici.» — A Galliza está dividida em quatro tribus: são os artabros, nerios, pezamarcos e tamacanos. — Constituiam, pois, na Galliza, n'aquellas remotas epocas, as terras limitadas ao nascente pelo rio Tamaga, ao poente pelo Oceano, norte pelo rio Minho, sul pelo rio Douro, o paiz dos tamarici ou tamacanos, habitado pelos povos assim denominados, dentro d'estes limites naturaes, limites a que muito attendiam os povos antigos.

Segundo Amadeu Tyerri, historiador dos celtas, e os calculos de Freret, que áquelle historiador segue, a invasão dos celtas na Galliza foi 1600 a 1800 annos antes da nossa era.

Esta tribu deixou n'estas terras muitas memorias no longo periodo da sua existencia. Sem conhecimentos jeroglyphicos como os egypcios, não tinham caracteres alphabeticos, ou runicos, que são muito posteriores; tinham apenas o symbolismo dos primitivos povos, que seus passados haviam trazido da Asia. As pedras, tão immoveis como elles, eram aptas para receber todas as fórmas, e transmittil-as aos vindouros. As pedras, diz um escriptor moderno, eram o fetiche dos primitivos povos.

As suas memorias, sem inscripções como as dos monumentos romanos e gregos, não permittem fixar com certeza a epoca da sua erecção; algumas mais parecem pedras brutas, dispostas arbitrariamente pela natureza, do que pelas rudes mãos d'aquelles povos; pertencem todas ao periodo cyclopense.

Não existem no Porto, nem pelos montes proximos, onde as podia haver, memorias celticas, porque todas as serranias teem sido exploradas e revolvidas para extrahir pedra para construcções da cidade e arrabaldes. Assim, [illegible]

rias no Porto. Comtudo, a onomastica nos transmittiu dois nomes, d'aquella epoca, que precisam de exame. A *Pena Ventosa,* junto á Sé, e as *Antas* do Bomfim; ainda talvez hajam mais.

Á nomenclatura antiga deve o historiador prestar muita attenção, porque a invasão dos povos barbaros n'aquellas guerras de exterminio destruia tudo, mas ficavam os nomes, e só por estes é que os vindouros vinham a conhecer as localidades e as relações de muitos factos, succedidos em epocas remotas, o que se dá com a Pena Ventosa.

Na epoca celtica o paiz em differentes localidades era defendido nos altos pelas *penas* ou *penhas,* assim como no tempo dos romanos o foi pelos *castros.* Á *penha,* como nome generico, se lhe ajuntava o corographico, o local, o pessoal e até o accidental, como *Penadono, Penacova, Penagarcia, Penafiel* e *Penaventosa,* no Porto, e este talvez por dominar muito n'aquella localidade e altura o vento da barra e do norte.

Para os leitores formarem uma idéa do [illegible] ões primitivas

do genero humano, e de que no Porto apenas existe o nome, descreverei o antigo monte do Castello de Penafiel de Canas, na freguezia de Santo Estevão d'Oldrões, onde, de tempos antigos e anteriores á monarchia, foi o foral do concelho de Penafiel, e porque Penafiel, por mais de tres seculos, foi termo da cidade do Porto.

Cinco kilometros distante da actual cidade de Penafiel, para o lado do nascente, sobre a freguezia de Santo Adrião de Canas de Duas Egrejas, está o monte de Parafita—*Petrafixa*—e por cima o monte da Lagoa, de onde se avistam as costas do Porto a distancia de quarenta kilometros. Para o lado de Entre-os-Rios desce uma cordilheira, como contrafórte d'esta serra, e vae terminar na freguezia de Santo Estevão de Oldrões, onde passa a estrada real n.º 36 de Guimarães a Entre-os-Rios, e n'esta cordilheira está o Castello de Penafiel de Canas.

Vê-se que para formarem o *pen* ou *penha,* cortaram a serra em duas partes, a norte e sul, ficando para aquelle lado alguns monticulos, aos quaes ainda hoje dão o no-

me de Castellinhos, e para o sul um terreno em fórma de circulo, onde está o grande e symbolico penedo de equilibrio, e parece proprio para ajuntamentos populares. Á penha existente chamam o *Monte do Castello de Penafiel,* e tem de altura, da base irregular, de sessenta a oitenta metros em fórma de pinha, e para o lado do nascente um despenhadeiro abrupto, de grande altura, e para o poente, onde era menos alto, haviam algumas pedras toscas levantadas ao alto, mas hoje poucas, e tombadas como se viam em algumas architecturas cyclopenses das cidades antigas de Italia. É, pois, muito provavel que assim fosse a *Penaventosa,* por ali ser cortado o monte, que em tempos remotos vinha da Batalha á Sé, no baixo do fim da rua Chã, para formar a penha em cima, onde hoje está a Sé do Porto.

Havia tambem as *penellas,* diminuitivo de *penhas,* assim como no tempo dos romanos os *cristellos* eram diminuitivo de *castros.*

As *antas,* com differentes nomes, teem sido muito estudadas e investigadas em França, Inglaterra e outros paizes. O primeiro

que escreveu sobre estas memorias em Portugal foi Martinho de Mendonça e Pina, na collecção da Academia Real da Historia Portugueza, 1733. Apesar, porém, da sua muita erudição, quem lêr a memoria conhece o atrazo e os raros conhecimentos que tinham os escriptores do seculo passado de estudos celticos.

Argote, no seu livro *Antiquitatibus Conventus Bracarensis,* descrevendo as ruinas de Citania, ou Cinania, entre Guimarães e Braga, grupos de choupanas circulares construidas de pedras toscas, morada dos antigos celtas, dominado pela velha crença, attribuia estas construcções aos mouros.

A uma *dolmen* que existe perto de Penafiel, chamam os povos d'estes logares *forno de mouros,* porque para o povo o seu genesis historico, que ainda sabe pela tradição, é a conquista dos mouros, e a elles attribue tudo.

Argote mesmo, que não via n'estas memorias, rudes e toscas, indicios da architectura ou arte romana que via nas memorias e monumentos romanos, attribuia tudo á bar-

barie dos mouros, dos quaes mesmo não conhecia a civilisação.

Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, mais investigador e profundo do que Argote, no seu *Elucidario*, na palavra *Anta* e *Antas*, diz que eram columnas quadradas que estavam á entrada dos templos e palacios, ou antes de alguma povoação importante, e por isso se chamavam *Antas*, como as *Antas de Penalva*, *Penadono* e *S. Thiago d'Anta*; e depois acrescenta que eram *aras*, onde os primeiros christãos, imitando os gentios, faziam sacrificios.

Do exposto se vê que os nossos escriptores do seculo passado pouco conhecimento tinham dos usos e costumes dos povos anteriores aos romanos, e das suas memorias.

Mais tarde, Legrand d'Aussi, na sua *Memoria do VII ventose* do anno 7.° das *Memorias do Instituto Nacional de Paris*, descreve estas memorias como celticas e funerarias, com o nome de *menir*, e assim classifica tambem as celebres pedras de Carnac. Um dos specimens d'estes *menires*, pedras quadradas que ainda se conservam no concelho de Pe-

nafiel, é o marco de Luzim, na freguezia d'este nome. Perto d'este marco, para o lado do sul, houve muitos outros, que foram arrancados dos seus mamillos e postos pelos montes visinhos a marcar sortes de matto. Em alguns mamillos appareceram carvões, indicio de serem memorias sepulchraes d'aquella epoca, e os cadaveres consumidos por combustão. Supponho, pois, que as *antas* do Bomfim, das quaes apenas temos conhecimento pela onomastica, eram tambem memorias sepulchraes d'aquella epoca.

SEGUNDAS INVASÕES

GREGOS, PHENICIOS E CARTHAGINEZES

Nenhumas memorias ha, nem monumentos historicos, que comprovem a vinda ou estada dos gregos, phenicios ou carthaginezes nas terras do norte de Portugal; apenas dois escriptores antigos, Plinio e Strabão, affirmam que os gregos vieram a estas terras e fundaram, alem d'outras, Tuy, no *Conventus juridicus* dos bracaros, e communicaram muitos dos seus usos e costumes a estes povos; e quando estes escriptores são concordes e narram um facto, póde dar-se por verdadeiro. Ora é muito provavel que os gregos, na sua navegação costeira, entrassem a

barra do Porto e ali estivessem alguns dias. Dos phenicios, porém, julgo que as suas viagens, os seus bazares e feitorias não passaram do Tejo. Podiam comtudo emprehender alguma viagem para o norte, mas a sua maior permanencia foi para o sul do Tejo e para o Mediterraneo, e o mesmo digo das emprezas dos carthaginezes, que foram do Tejo e do Guadiana para as costas do Mediterraneo. Comtudo, nas guerras com os romanos, não deixariam de mover alguns povos de Galliza contra estes. O que não julgo provavel é que os gregos fundassem Gaya, na margem esquerda do Douro, como diz fr. Bernardo de Brito e outros escriptores, que o seguiram, e escreveram sobre antiguidades do Porto. Gaya não vem dos Graios, gregos; esta denominação *Gaya* é romana, proveniente do castello no alto, ou do nome que este tomou, do senhor romano que ali governava. Ha mais nomes d'estes pelo interior, onde jámais chegaram os gregos, como *Gaya,* na freguezia de Villa Boa, pouco distante do Marco de Canavezes, á qual deu nome o dominador romano que n'aquella epoca alli viveu.

CONQUISTA ROMANA

Depois de continuas guerras com os romanos, por espaço de duzentos annos, e com vária fortuna, os povos tamacanos soffreram a sorte commum dos mais povos sujeitos ao imperio romano, sujeição que durou mais de quatro seculos.

Na epoca romana as terras visinhas ao Douro, onde hoje existe o Porto, e as demais da provincia, pertenciam ao *Conventus juridicus* dos *bracaros,* cuja capital ao norte da Lusitania era *Bracara Augusta,* e alli residiam as auctoridades civis e militares.

O primeiro documento importante que

se offerece para a historia da cidade do Porto, e que prova a existencia de uma pequena povoação á direita do rio Douro, com o nome de *Calle*, é o itenerario de Antonino Pio; mas a nova edição correcta de Partey e Pinder, de Berlim, 1848, diz que *Calle*, ao norte do Douro, hoje Miragaya, quer dizer *defronte de Gaya*, e era a primeira pouzada dos que vinham de *Bracara Augusta* para o sul; chegavam a Calle, e querendo passar alem, embarcavam no *portus*, e atravessando o Douro, seguiam pelo nascente, no baixo do castello de Gaya, para Talabrica e Langobrica, e assim caminhavam para o Tejo.

A *Hespanha Sagrada*, no primeiro tomo, tambem nos diz que quando *Calle*, na margem direita do Douro, cresceu, decahiu a antiga *Gaya*.

Apesar de tudo, pouca importancia politica tinha Calle; apenas era um paradouro e descanço para os viandantes. Muito mais importancia politica tinha *Vallongo*, na epoca romana, assim chamado pela extensão do seu valle; mais tarde se chamou *Vallongo Suzam* da banda de cá, e *Vallongo Juzam* da ban-

da de lá, nomes antiquissimos que ainda hoje distinguem essa povoação. As suas minas de ouro, prata e de antimonio, tanto as ao sul da serra como as do norte até Ponte Ferreira, eram celebradas. Plinio falla d'ellas e dos seus productos: eram a obra monumental de uma nação poderosa, que depois de duzentos annos de guerras continuas, tinha fixado o seu dominio n'estas terras. As minas teem inscripções pelas galerias, que indicam o correr dos fillões. Tudo o que era dos romanos era grande e duradouro; todos os seus monumentos e obras nacionaes teem inscripções, o que prova a sua civilisação e policia.

Depois que Cesar destruiu os herminios, trabalhavam n'estas minas de Vallongo e nas da Serra do Raio, alem do rio Ferreira, grande numero de escravos; e consta que o rio Ferreira, perto da ponte d'este nome, na estrada para Penafiel, fôra tirado do seu leito para servir a exploração, e assim parece.

Na Sousa, perto do castello de Aguiar de Sousa, ainda hoje se vêem á beira do rio grandes montões de cascalho, tirados da la-

vagem dos metaes, assim como vestigios de edificios romanos.

Por aqui seguia uma via romana de segunda ordem, a qual, passando o Douro, se dirigia para o sul pela antiga *Crestumire,* hoje Crestuma, e ia entroncar na via romana em Langobriga.

Do castello de Aguiar de Sousa para o nascente esta via caminhava pelo baixo de Penafiel; isto é, pela fralda da villa de Paredes, e d'ahi seguia ao concelho de Penafiel, e d'aqui se começava a denominar *Tamacanavia;* seguia no concelho de Penafiel pela portella de S. Thomé de Canas, por Duas Egrejas, Sancto Adrião de Canas, Castro de Villa Boa de Quires, no concelho do Marco de Canavezes, e perto está *Caniva,* corrupção de *Canavia,* e finalmente Canavezes, nome que vem de *Canavia,* abreviatura de *Tamacanavia.*

A existencia d'esta via tambem se comprova por um monumento romano citado por Argote nas *Memorias do Arcebispado de Braga;* é o pedestal d'uma ara romana que está na egreja parochial do Salvador de Thuias,

e que serviu de pedestal á pia baptismal na dita freguezia, no concelho do Marco de Canavezes.

Nillo Eredio, procurador das estradas, erigiu este monumento aos deuses Lares dos Cyrenecos ou Cyrenaicos, que habitavam as margens do Tamega.

A inscripção assim diz:

L A R I B U S
C I R N Æ .
C I S . N I L .
E R E . P R O .
V I I . P U L . S .

Nillus Eredius. Procurator viarum publicarum. votum libenter. solvit. Laribus Cirenaicis.

TRADUCÇÃO

«Nillo Eredio, procurador das estradas publicas por voto que livremente tinha feito, dedicou esta memoria aos deuses Lares dos Cyrenaicos.»

Esta via era muito frequentada no tem-

po dos romanos, por se dirigir ás thermas de Canavezes, e por ser a via mais curta por onde se conduziam a Roma os metaes preciosos das minas de Vallongo e da Serra do Raio, e ia entroncar na via romana que de Traz-os-Montes passava á Beira e seguia para Olissipo. Era, nos altos, em distancias convenientes, guarnecida de *Castros,* onde se recolhiam os soldados romanos que vigiavam os muitos escravos e protegiam a cobrança dos tributos.

Em Villa-Nova-alem-do-Douro havia o Castro de Gaya, no alto, sobre a via romana, e para o lado da Foz o Castro que vigiava a barra.

Dominaram os romanos as terras do Porto por mais de quatro seculos, até ás primeiras invasões dos barbaros do norte. No dominio dos romanos não existia fortificação alguma no solo onde é hoje o Porto, porque o nucleo d'esta cidade começou muito depois pela fundação do castello no tempo dos suevos. Havia o pequeno logar da Calle, defronte de Gaya, hoje denominado Miragaya, e o *portus* onde se embarcava para alem; apesar

d'esta pequena importancia, um escriptor nosso, de bastante nomeada, ao qual todos os escriptores do decimo sexto e decimo setimo seculo seguiram como oraculo, escreveu (quando o criterio era pouco, e o pedantismo e a reverencia pronunciavam o *magister dixit)* as guerras da cidade do Porto, que não existia, com os da cidade de Braga, a *Bracara Augusta,* tão civilisada na epoca romana. Fr. Bernardo de Brito e o seu inseparavel Laimundo, tão fecundos em forjar documentos apocriphos, e a narrar factos, cujas provas eram sobejamente duvidosas, escreveu estas guerras para deprimir os do Porto e lisongear os de Braga. O celebre tractado de paz é indecentissimo para a penna de um monge, e revela a completa ignorancia do historiador: o mais notavel é o 6.° artigo, que parece uma anthitese ao 6.° preceito do decalogo.

Esta historia tão pueril não mereceria refutação, nem a faria, se um escriptor do seculo passado, o padre Rebello, não a referisse, escrevendo a historia do Porto, julgando talvez illustrar os antigos bracaren-

ses, seus progenitores. Se, porém, o celebre tractado de paz era infame para a cidade do Porto, que n'aquella epoca não existia, não era mais honroso para a cidade de Braga, que o impunha.

INVASÕES DOS BARBAROS

O quadro que nos pintam os historiadores cuevos da dissolução do imperio romano é bem triste e doloroso para a humanidade.

Ás inauditas crueldades e vexames do fisco, reduzindo á escravidão milhares de individuos, só porque não podiam pagar os enormes tributos, nem saciar a rapacidade do fisco, acrescia o despotismo dos romanos, a sua immoralidade e a guerra civil; por isso o povo, no meio d'esta vida, amargurada e dolorosa, olhou a invasão dos barbaros do norte com indifferença, recebendo-os até quasi como libertadores; e os romanos, facciosos e

immoraes, entregues á guerra civil que o general romano Geroncio fazia, não oppozeram resistencia aos barbaros, nos montes Pyreneos, como deviam, podendo, e por muito tempo, defender-se.

Franqueados os Pyreneos, os barbaros invadiram a peninsula Iberica nos principios do v seculo. Ás terras de Galliza chegaram os vandalos e os suevos, por serem as que lhes tocaram por sorte; mas primeiro que estes ferozes invasores fixassem a sua residencia, era a terra bem regada com o sangue dos seus habitantes. O nome de vandalos ficou bem memoravel n'estas terras.

Um historiador nosso, o bispo Hidacio, visinho das terras de Galliza, nos pinta com bem negras côres a historia d'esses calamitosos tempos, a qual, como outras muitas, ficaria sepultada nas trevas, se elle não a escrevesse, e a *Hespanha Sagrada* não a referisse. «Aos males da guerra, diz Hidacio, se associou a fome e a peste, chegando o povo á miseria horrivel de devorar carne humana, e as mães a comerem os cadaveres de seus filhos. As feras, sahindo dos bosques para se ceva-

rem na carniça dos mortos, avançaram a tragar os vivos.»

Depois d'estas calamidades todas, os dois povos invasores separaram-se, seguindo para o sul os vandalos, e ficaram habitando estas terras os suevos por mais de um seculo, até que foram subjugados no tempo de Leovegildo. Os suevos, ainda que mais humanos, costumados á vida guerreira, mal se davam com o viver pacifico do campo. Mais pastores que agricultores, mais costumados a uma vida agitada e de rixas, mais inclinados a destruir do que a cultivar e edificar, quando não tinham estranhos para combater, guerreavam-se uns aos outros. Ataces, rei dos alanos, dominava, alem de outras, as terras desde o Mondego até ao Douro, e andando em guerra com os suevos, foi n'esta occasião que estes fundaram no sitio mais elevado sobre o Douro, um castello na *Pena Ventosa,* onde hoje vemos a Sé. Um documento historico d'esta epoca tão obscura para a historia patria, e o segundo para a historia do Porto no tempo dos suevos, nos dá luz para a historia do Porto e para os seus principios, no tempo

dos suevos: são as actas do Concilio de Lugo, convocado pelo rei Theodomiro na era de 606, anno de Christo de 568. O fim da convocação fôra designar a cada egreja cathedral as dioceses ou parochias que lhe pertenciam. O III canon, que diz respeito á cathedral do Porto, traduzido em portuguez, diz assim: «A egreja cathedral do Porto, que está edificada no castello novo dos suevos, tenha as egrejas que estão na sua comarca, convem a saber, Villa Nova, Betoania, Vezea, Menturio, Torebia, Bramuste, Pongaoste, Leconbo, Nestes, Napoles, Curmano, Magneto, Leporeto, Melga, Taugobria, Villa Gomedes, Tarmata. Alem d'isto os logares de Lambrencio, Aliobrio, Valericia, Turlango, Ceres, Mendolas e Palencia, que são 25 egrejas subditas a uma.» O canon V, que é a divisão da cathedral de Coimbra, diz assim: «A egreja colimbriense tenha a mesma Coimbra, Eminio, Selio, Rome, Insua Antoana, Portugal, o castello antigo dos romanos, que são sete sujeitas a uma.»

Dos dois canones d'este Concilio se conhece a existencia do castello do Porto no

sitio da Pena Ventosa, onde estava a Sé, denominado o castello novo dos suevos, para o distinguir do outro antigo, denominado no v canon o castello antigo dos romanos, em Gaya, e que n'essa epoca pertencia á cathedral de Coimbra.

A Villa nova, sujeita á cathedral do Porto, não era Gaya, que pertencia á Sé de Coimbra, era o burgo fóra dos muros do castello e da Sé, e ia descendo tortuosamente até á Ribeira, o que se deve entender das annotações de Garcia de Loiaza ao Concilio de Lugo, quando diz: «Portugale Festabole, quoque appelabatur—o Porto tambem se chamou Festabole», cujo nome dizem significava no tempo dos suevos *Porto chão,* praia nova. É muito provavel que o logar de Calle, (Miragaya) e o *portus,* embarque no Douro, se aproximasse mais para a Ribeira, onde está a ponte, pouco mais ou menos, para ficar mais protegido pelo castello estabelecido em cima.

As memorias e monumentos que tem o Porto do seu comêço no tempo dos suevos, não se estendem só ao castello e ao burgo.

Os suevos, logo depois da sua chegada ás terras de Galliza, se infeccionaram da heresia de Arrio; eram arrianos declarados, e perseguiam os catholicos romanos. Depois de muitas perseguições e soffrimentos, aconteceu ter o rei Theodomiro o seu filho gravemente enfermo (dizem ser de lepra); desenganado da medicina, n'aquelles tempos de crença viva, recorreu a Deus, e dizendo-lhe alguns dos seus cortezãos e clero os milagres que fazia em França S. Martinho de Turon, que n'essa epoca era o sancto mais popular e conhecido, não só em França como nos mais reinos, e pela grande cópia de milagres que se lhe attribuiam, era o seu sepulchro frequentado por todo o mundo, onde chegava a noticia d'elles,—mandou o rei a França mensageiros com ricos dons e offerendas, ao sancto, afim de alcançar a saude do infante, e para trazer algumas reliquias do sancto.

Os escriptores nacionaes que escreveram noticias dos suevos, e da fundação da egreja de Cedofeita no tempo d'estes, como fr. Luiz dos Anjos, no *Jardim de Portugal;*

D. Rodrigo da Cunha, no *Catalogo dos Bispos do Porto;* fr. Nicolau de Sancta Maria, na *Chronica dos Conegos regrantes de Santo Agostinho;* e o padre Agostinho Rebello da Costa, na *Descripção da cidade do Porto,* dizem que a egreja de Cedofeita *(cito facta)* fôra feita com tanta brevidade, que se acabára antes de chegarem os mensageiros com as reliquias.

Fr. Bernardo de Brito, na *Monarchia Luzitana,* e fr. Leão de S. Thomaz, na *Benedictina Luzitana,* sem negarem o facto da ida dos emissarios ao sepulchro de S. Martinho, e posteriormente da vinda de S. Martinho Dumiense, vão de encontro ás opiniões dos primeiros, collocando as reliquias que trouxe S. Martinho na actual Galliza; assim como o baptismo do rei Theodomiro e de seu filho, não em Cedofeita, mas na cidade de Oriense. A inscripção que cita o padre Rebello na *Historia do Porto,* a pag. 94, e foi gravada no frontispicio da egreja, no anno de 1769, relatando ser fundador Theodomiro, no anno de 559, não tem grande valor historico; diz elle fôra trasladada de outras memorias muito

mais antigas, que constavam dos archivos da collegiada, mas não apresenta taes documentos para se avaliar o seu valor historico; assim como só pela tradicção é que sabe que esta egreja existiu, e celebrava os officios divinos por avença com os mouros, o que muito bem podia ser, assim como outras muitas egrejas o fizeram, pela tolerancia dos arabes. Uns e outros escriptores concordam que antes de vir S. Martinho Dumiense foram os mensageiros a França buscar as reliquias de S. Martinho Turunense, e implorar a saude para o infante, e foi n'esta epoca que se fez a egreja de Cedofeita; e como os emissarios se demorassem algum tempo em Turs, quando voltaram, estava acabada *(cito facta)*. O clero d'este tempo, o mais interessado na conversão do rei Theodomiro, quando pela segunda vez mandou de Turs as reliquias, confiou esta missão a um homem virtuoso e instruido, e quasi enviado de proposito por Deus para os fins desejados; e por isso o turunense, fallando d'elle, assim diz: «Tantis literis eruditus, ut nullus secundus suis temporibus.—Era tão instruido (S. Martinho Du-

miense) que não havia no seu tempo quem o egualasse.» Tinha elle chegado a França, vindo de Jerusalem e de outras terras do Oriente, para visitar o sepulchro do seu patricio S. Martinho e do seu proprio nome.

Suppõe-se que tomou o habito benedictino, onde florescia S. Mauro e outros benedictinos illustres; e como os catholicos romanos muito desejassem enviar a Galliza um homem apostolico para a conversão e catechese dos suevos, chegou a proposito, o que fez dizer ao Turunense: «Tunc commotus a Deo Beatus Martinhus de regione longinqua (qui ibidem tunc sacerdos habetur) advenit, set nec hoc credo sine divina fuisse providencia, quod ea die se commoveret de patria, qua beatæ reliquiæ de loco levatæ sunt, et sic simut cum ipsis pignoribus Galliciæ portum ingressus sit.—Movido por Deus chegou o bemaventurado Martinho de longinquas terras, e tomou o habito sacerdotal; eu creio que tudo isto foi movido pela divina Providencia, porque chegou o sancto quando as reliquias tinham de sair, e acompanhando-as, entrou o porto de Galliza.» S. Maximo

cita o epitaphio do seu sepulchro: «Panoniis genitus transcedens æquara vasta Galliciæ ingressus divinis navibus actus.—Transpondo os vastos mares, entrou n'uma embarcação, com as divinas reliquías, o porto de Galliza.» O rei Theodomiro o foi receber, e pouco depois foi baptisado em Oriense. Começaram logo os monges benedictinos, que o acompanharam, a prégar e a trazer os suevos á ortodoxia romana. Baptisaram-se os suevos, e as aguas do baptismo os livraram da lepra, molestia muito vulgar na Galliza, e depois da conversão mais rara (o citado Turunense). O rei fundou o mosteiro de S. Martinho de Dume, perto de Braga, e o doou a S. Martinho, chamado Dumiense, e mais tarde egreja episcopal, como se vê no II canon do Concilio de Lugo, estendendo-se a sua jurisdicção á casa real e aos seus creados; e os bispos de Dume eram os seus capellães-móres. Depois, por morte de Lucrecio, arcebispo de Braga, foi eleito por unanimidade S. Martinho Dumiense para arcebispo.

Á vista do que diz um escriptor coevo ao Tururense, as reliquias de S. Martinho Tu-

*

runense ficaram nas terras da actual Galliza, e o baptismo do rei Theodomiro, e de seu filho, tambem ali foi. Braga era a côrte dos reis suevos, e Dume um mosteiro benedictino, muito celebre n'aquella epoca pelo seu sancto bispo, e a egreja de Cedofeita pertencia, como sempre pertenceu, a conegos, e não a monges.

Apesar de tudo, a pequena egreja de Cedofeita é digna de veneração, não pelo edificio, mas pela veneranda antiguidade de sua construcção, pois conta mais de doze seculos de existencia. O interior da egreja e a claustra são antiquissimos, e a torre dos sinos em caracol podia servir de defeza n'uma invasão repentina, e assim eram as construcções d'aquella epoca.

No arco cruzeiro da capella-mór, sobre as cadeiras do côro, se vê a dedicação da egreja n'um monogramma gothico

IHV + M^{a}. & M^{o}

que dedica a egreja a Jesus Christo, Maria Sanctissima e S. Martinho. Tudo isto remon-

ta a uma grande antiguidade. S. Martinho de Dume foi um apostolo.

Entre-Douro-e-Minho encheu-se todo de mosteiros, e cada mosteiro era uma granja, onde trabalhavam na cultura das terras os monges e os conversos. O sancto patriarcha, na sua regra, dizia aos seus monges: «Otiositas inimica est animæ—A ociosidade é inimiga da virtude.»—Assim, emquanto muitos outros cenobitas viviam nos desertos uma vida só mistica e contemplativa, sem proveito do proximo, os monges benedictinos, depois das suas orações e sanctas practicas, trabalhavam na cultura das suas terras por suas proprias mãos, e nobilitavam o trabalho, até ali vil e ignominioso, e só exercido por escravos; e inauguravam assim uma nova epoca na historia,—o trabalho livre e exercido por mãos livres,—e o trabalho livre é a base das sociedades modernas.

Poucos annos durou a monarchia dos suevos. Leovegildo venceu o ultimo rei faccioso e usurpador; veio até estas terras visinhas ao Douro, e uniu á monarchia dos wisigodos o reino dos suevos no anno de 573.

Nos duzentos annos que medearam até á dissolução do imperio romano n'estas terras de Galliza, e ao governo dos suevos e dos godos até á irrupção dos arabes, a sociedade politica soffreu grandes mudanças, que cumpre registrar.

Na invasão dos barbaros, os romanos livres ficaram quasi nivelados aos escravos, porque os barbaros, alem do roubo, do incendio e do assassinio, tomaram as terras aos seus antigos possuidores, e dividiram-nas em tres sortes, pertencendo as duas primeiras aos conquistadores, e a terceira aos vencidos, e aquellas foram chamadas as sortes gothicas, livres e isentas de tributos, que só pezaram na parte dos vencidos.

O viver dos escravos, tão duro e cruel, e das vidas dos quaes dispunha o senhor á sua vontade, melhorou muito no tempo dos suevos e dos godos. O escravo não foi o *res* dos romanos, que o matavam, vendiam ou trocavam como a qualquer cousa ou animal; no tempo dos conquistadores o escravo de *res* passou a *persona,* individuo; já o senhor o não podia matar, porque tendo o escravo

abraçado o christianismo, o preceito divino lhe dizia—*não matarás*—e tambem o escravo, d'esta epoca em diante, se tornou servo de gleba, unido á terra, e só com a terra podia passar a novo possuidor. As artes e a agricultura começaram a ser exercidas pelos monges, e por braços livres, o trabalho deixou de ser vil e ignominioso, como no tempo dos romanos, e portanto melhoraram muito as classes médias na sociedade civil.

O governo politico, segundo a hierarchia dos godos, era confiado a um conde, *comes*. E foi por esta occasião que as terras do Porto e o seu julgado se denominou—*territorio portucalense*—comprehendendo a jurisdicção do conde; mas a sua area de terreno não póde fixar-se com certeza se seria a mesma do bispado que se fixou no II canon do Concilio de Lugo, no tempo dos suevos; é certo, porém, que o bispado de Coimbra chegava n'aquella epoca a Villa Nova de Gaya, e ao bispado de Lamego pertenceu Arouca, pertencendo esta terra ao territorio anegico, que começava no caes e surgidouro de Crestuma, e passava ao norte do Douro: o foral

d'este territorio era no concelho de Penafiel, freguezia da Eja, onde estava n'essa epoca a *Civita* e Nossa Senhora de *Civitá,* cujos nomes na mesma freguezia nos conservou até hoje a onomastica.

Havia, pois, nas terras do Porto o territorio portucalense, ao norte o territorio bracharense, e ao nascente o territorio anegico. Conservaram-se estas terras do Porto sujeitas aos godos até á chegada dos arabes, vulgarmente chamados *mouros.* ([1])

PRIMEIRAS INVASÕES DOS MOUROS

Pouco depois de vencido Rodericus, ultimo rei dos godos, na batalha Guadalete, no anno de 713, quasi toda a peninsula era dominada pelos arabes. A dissenção de dous generaes, Muza e Tarik, fez que a final o governo cahisse nas mãos de Abdelazis, filho do primeiro. Á menor resistencia levava elle tudo a ferro e fogo, e talvez por alguma resistencia que lhe fizeram no Porto, arrazou o castello do tempo dos suevos e incendiou o burgo, e egual sorte teve Braga e outras terras de Galliza.

Apesar de tudo, este general era menos

violento e mais tolerante que Muza, seu pae, e fez alguns tractados de paz com os christãos; e, comquanto destruisse o Porto, a tradição nos diz que os conegos de Cedofeita imploraram e alcançaram d'elle, viver e celebrar os officios divinos no seu priorado, e parece que assim fôra, porque a egreja conserva intacta a sua vetusta architectura, contemporanea do tempo dos suevos. O documento que vi citado nas *Antiguidades curiosas,* colligidas por Antonio Luiz Monteiro, e publicadas por seu filho Abilio Monteiro no anno de 1870, tenho-o por apocripho; o seu theor é o seguinte:—«Carta de salvo-conducto a favor do mosteiro de Cedofeita no tempo da dominação dos mouros—É esta carta de jusgo (paz e socego) e consentimento de Abdelazis Abrem Mahomet, senhor da cidade do Porto e da gente de Nazareth, pela qual ordeno que os presbyteros e christãos do mosteiro de Cedofeita, que moram junto da cidade do Porto e seu mosteiro, possuam os seus bens em paz e quietação, sem oppressão, vexame ou força dos serracenos, com a condição que não digam as missas senão com as

portas fechadas, e não toquem as suas campainhas; e paguem pelo seu consentimento 50 pezantes de boa prata annualmente, e possam sahir e vir á cidade com liberdade e quando quizerem, e não vão fóra dos termos do meu mando sem meu consentimento e vontade: assim o mando e faço esta carta de salvo-conducto, e a dou ao dito mosteiro para que a possua para seu jusgo. Feita esta carta na era dos christãos de DCCLV Lunar, a qual eu Abdelassis a firmei, e recebi pela confirmação 50 pezantes, e confirmei.»

Supponho este documento forjado por algum falsario, discipulo de Louzada, ou pelo mesmo talvez. ([2])

Para comparação transcrevo o tractado que este mesmo general fez com o conde godo Theodomiro, quando este general musulmano levou as suas conquistas a Granada, Malaga e Theodomira, onde era o senhorio d'este conde.

O contracto foi feito a 4 do mez de Rageb da hegira 94, que corresponde a maio de 713 da era vulgar, e traduzido pelo nosso sabio e grande orientalista fr. João de Sousa;

e por analogia, e por ser feito com o mesmo general e versar sobre o mesmo assumpto, o dos conegos de Cedofeita devia ser quasi identico nas fórmulas da chancellaria: o seu theor é o seguinte: — «Em nome de Deus, clemente e misericordioso—Por este tractado concedemos paz a Theodomiro, e toda a segurança para que possa conservar e viver tranquillo na posse do senhorio de suas terras, as quaes lhe não serão tiradas, e a mesma segurança terão todos os christãos seus vassallos, os quaes terão livre exercicio da sua religião. Suas egrejas não lhes serão tiradas, demolidas ou queimadas. Suas mulheres e filhas não lhes serão tiradas ou violadas, nem seus bens tomados ou violados. Theodomiro será obrigado a entregar a Abdelazis sete villas, a saber: Oriola, Valentilha, Alicante, Mulas, Bacara, Olta e Lorca. Alem d'isto, dará Theodomiro por si e por cada um de sua familia, annualmente, um dinheiro de ouro, quatro questes de trigo, quatro de cevada, quatro de mel, quatro de azeite e quatro de vinagre, e por cada um de seus vassallos metade d'esta quantia. Não dará dinheiro, armas, manti-

mento, nem asylo a qualquer inimigo de Abdelazis. Foi escripto em 4 de Rageb da hegira 94.»

Como este tractado fez este general alguns outros ao norte do reino, e tal devia ser o que diz a tradicção fizeram os conegos de Cedofeita. Entretanto, estes tractados no territorio portucalense foram de pouca duração, e logo quebrados nas primeiras invasões dos christãos. A maior parte do clero e da nobreza goda fugiu com D. Pelaio para as montanhas das Asturias; mas passados trinta annos, já os christãos faziam corridas para estas terras visinhas ao Douro, e perturbavam o dominio dos arabes, que para o norte foi pouco estavel e duradouro.

Ficavam n'estas terras os servos de gleba ligados ás terras; a outra população livre, denominada *muzarabe,* vivia ora com os christãos, ora com os arabes, pagando os tributos aos vencedores; e uns e outros os poupavam pela necessidade que tinham dos seus serviços.

Os escriptores mais antigos que escreveram os successos do VIII seculo, e viveram

no IX; o Abdelense e o *Cronicon* de D. Sebastião, dizem concordemente que D. Pelaio viveu nas covas e montanhas das Asturias dezenove annos, e nem n'essa epoca, nem no curto reinado de seu filho Favilla, foram os mouros perturbados no dominio d'estas terras; não succedeu assim no reinado de seu successor D. Affonso I: este rei, guerreiro e vigoroso, invadiu as terras de Galliza e restaurou das ruinas muitas povoações, estendendo as suas correrias alem Douro, fallecendo no anno de 757.

Seu filho Fruella seguiu os exemplos paternos, erguendo-se das ruinas, pelo seu influxo, grande parte da Galliza.

Alguns senhores feudaes que se haviam estabelecido nas terras gallegas alem Douro, revoltaram-se: era o espirito d'estes nobres rigido e insoffrido, mas o rei não o era menos, e n'estas guerras civis commetteu o rei um fratricidio, matando seu irmão Vimarano por julgal-o partidario dos revoltosos; mais tarde recebeu o castigo d'estas atrocidades, sendo assassinado pelos seus subditos, e seu filho privado de succeder-lhe no throno

N'esta epoca as fronteiras dos christãos eram as terras que entestavam com o Douro, e haviam os fossados para as terras dos mouros, e d'estes para as dos christãos, e pouco adiantaram as armas d'estes até ao reinado de D. Affonso II, anno de 791. Este rei levou as suas armas victoriosas até ao Tejo, e pelas muitas invasões nas terras dos musulmanos, invadiram-lhe tambem, em represalia, as terras de Galliza; salteados, porém, de improviso pelos christãos, foram desbaratados, e d'este tempo data a celebridade de D. Affonso II, denominado o *Casto*, por se conservar celibatario.

Viveu elle no tempo de Carlos Magno, e procurou a sua alliança contra os mouros, e mandou-lhe ricos presentes, que eram os despojos das correrias que fez até Lisboa.

Estabeleceu a sua capital em Oviedo, que engrandeceu com egrejas e paços, fazendo reviver na gerarchia ecclesiastica e na monarchia o explendor dos godos. Ora victorioso, ora vencido pelos serracenos, depois de alternativas várias, morreu em 842, depois de longo reinado. Succedeu-lhe Raimiro I,

o qual obteve algumas victorias dos serracenos.

N'esta epoca começaram os piratas normandos a infestar as terras e costas de Galliza; elle, porém, repelliu-os por duas vezes. Tentaram elles expulsal-o do throno por mais que uma vez, sendo baldado o seu intento.

Raimiro foi cruel com os revoltosos, especialmente com os chefes, estendendo os seus castigos barbaros até aos filhos; não poupou ladrões e malfeitores, fazendo-os cegar e queimar vivos.

Supponho ser este o rei legendario de Villa Nova de Gaya, como adeante direi.

Com todas estas atrocidades conteve as revoltas e os irrequietos barões, e assegurou a corôa a seu filho Ordonho I, que lhe succedeu no anno de 850. Foi principe mais feliz que seu pae, porque ao exforço e valentia não juntou a crueldade. Reedificou muitas cidades de Leão e de Galliza, e ampliou o seu territorio, menos sujeito já então ás invasões dos musulmanos, e venceu estes na celebre batalha de Clavijo; tomou Albaiada na moderna Rioja; repelliu outra invasão dos pi-

ratas normandos nas costas de Galliza; reconquistou Oriense e outras terras que os mouros haviam invadido, e continuando n'estas guerras com varia fortuna, falleceu no anno de 866, fazendo ainda em sua vida acclamar seu filho Affonso, então na puericia.

Fruella, conde de Galliza, protegido por alguns nobres, acclamou-se rei, e o joven Affonso fugiu. Rebentou na côrte uma conjuração, e os adversarios assassinaram-no em seu proprio palacio.

O filho de Ordonho voltou de novo a Oviedo, e foi acclamado rei com o nome de Affonso III. Transpôz o Douro, occupou Salamanca e outras terras; mas, acossado pelos serracenos, estes entraram nas suas terras e fizeram grandes estragos; sendo, porém, colhidos n'uns despenhadeiros, onde não podia a cavallaria manobrar, foram desbaratados.

Por doze annos continuos a historia de D. Affonso III é uma lucta sem cessar, ora vencedor, ora vencido: jámais descançavam as suas armas, as mais das vezes victoriosas. Caminhou para o lado da antiga Luzitania,

e cahiram em seu poder Lamego, Vizeu e Coimbra, e as fronteiras dos christãos estenderam-se alem do Mondego. Recolheu-se a Galliza, e houve uma tregoa de tres annos, e n'este tempo restaurou muitas povoações importantes. Castella-a-Velha se encheu toda de castellos, que tolhiam a entrada aos mouros, e d'elles tomou o nome.

Na provincia hoje chamada da Beira-Alta edificou e fortificou a Guarda, que era a chave das terras de Entre o Douro e Mondego, e pôz ao abrigo de novas invasões o Porto e mais terras até áquelle rio.

N'este tempo, e no meio d'estas guerras e correrias, tinham vindo muitos cavalleiros distinctos, com as suas familias e homens d'armas, fixar a sua residencia n'estas terras e n'outras d'alem Douro, como na Villa da Feira.

N'esta epoca era Hermenegildo conde do Porto, e a sua jurisdicção feudal estendia-se até Tuy, além do rio Minho; era elle esforçado capitão, e dos mais valentes da epoca, e que havia com Affonso III tomado Coimbra aos mouros. Este conde tinha a sua caza

em Monte Cordova, perto de Santo Thyrso, e era parente proximo dos reis de Leão.

O seu governo foi bastante duradouro, alcançando tres reinados, o de D. Affonso III, de seu filho D. Garcia e de D. Ordonho.

A guerra civil em que se os mouros dilaceravam, deu algum descanço aos christãos, que aproveitaram o ensejo para reparar muitas terras importantes, e reconstruir muitos castellos ainda em ruinas; um d'estes foi o do Porto, destruido na primeira invasão por Abdelazis.

Ao natural exforço e valentia juntava o conde Hermenegildo a pericia militar; e por isso um dos seus primeiros cuidados foi levantar o castello antigo dos suevos, e reparar os muros do Porto, que estavam ainda por terra; e os successos posteriores mostraram que foi previdente.

N'esta pequena tregoa com os mouros, e durante o governo d'este conde, restauraram-se muitos mosteiros antigos, fundados ainda no tempo de S. Martinho de Dume, e que estavam em ruinas, por terem sido abandonados pelos monges, que na entrada dos

mouros n'estas terras seguiram as reliquias dos godos, em quanto que o clero se acoitou nas montanhas das Asturias, para escapar ao impeto dos invasores. Ao sul do Douro eram elles Pedroso e Canedo, ambos fundados por D. Mendo Guterre, e ambos benedictinos; e ao norte, Santo Thyrso, benedictino, e Moreira, de conegos regrantes de Santo Agostinho. Eram estes os de mais nomeada.

Um documento historico da era de 935, anno de 897, citado na *Benedictina Luzitana* e no *Chartulario*, é a escriptura da fundação e doação de muitas egrejas e mosteiros, entre o Douro e Vouga, ao mosteiro de Pedroso, o qual foi amplamente dotado por D. Godezindo, e por sua mulher D. Enderquina, por sobrenome *Palha*, filha do conde D. Mendo Guterre, e de sua mulher Ermezenda. Esta Enderquina era irmã da rainha D. Elvira, mulher de D. Ordonho II. Tinham tres filhas, uma das quaes, D. Froila, era demente, e por isso entregaram-na á abbadessa de Pedroso, D. Gelvira, para ficar em sua companhia, deixando-lhe para a servir cem escravos e escravas, e por esta occasião dotaram ao abbade D.

Destergio e á mesma abbadessa (pois era duplex este mosteiro) muitas egrejas e mosteiros em differentes terras, para o abbade administrar, como curador de sua filha, a qual devia estar no mosteiro das monjas com a abbadessa D. Gelvira; sendo recommendado muito ao abbade de Pedroso a boa e regular administração d'estes bens.

O mosteiro de Santo Thyrso, fundado no tempo de S. Martinho de Dume, que fôra destruido na invasão dos mouros, foi nos fins do seculo XI muito augmentado e engrandecido por D. Sueiro Mendes da Maia, o qual, com beneplacito do conde D. Henrique, o fez couto.

O mosteiro de Moreira, de conegos regrantes de Santo Agostinho, foi fundado n'esta epoca. No *Chartulario* n.º 14 vem um documento do anno de 907; é a doação que faz Odoario Daviz, e sua irmã Trudelli, da sua aldeia de Freixeno, perto de Alvarelhos e Castro Boi, territorio bracarense e portuense. É este o mosteiro que apresenta maior numero de documentos dos seculos X e XI.

Vairão, de freiras benedictinas, come-

çou tambem no tempo de S. Martinho de Dume, e tendo sido destruido na invasão dos mouros, foi restaurado no XI seculo.

Houve mais alguns pequenos mosteiros no territorio portucalense, que seria longo enumerar; e muitos nem tal nome mereciam. N'esta epoca fundaram-se muitos mosteiros e egrejas, porém não era só o espirito religioso que provocava essas fundações, mas tambem o interesse e a especulação dos fundadores.

Um proprietario, por exemplo, fundava em terreno seu uma egreja para os seus escravos e cazeiros cumprirem os preceitos da egreja, e assistirem ao culto divino; e não só tinha parte nas orações e suffragios em quanto vivo, e depois de morto, mas recebia parte dos proventos e offerendas. Tinha o seu capellão, que muitas vezes era escravo seu, e o fundador tomava habito de monge ou ermita, e aggregava a si mais companheiros, que tambem gostavam da vida ermitica ou monastica: seguiam a regra de S. Bento ou de Santo Agostinho, muito vulgar n'estas terras, e fóra das orações e santas practicas

trabalhavam na cultura das terras, aggregando a si grande numero de conversos, que eram agricultores practicos, e que cultivavam as granjas, e que não poucas vezes traziam comsigo herdades e bens moveis, que doavam aos mosteiros.

Estes mosteiros, pela maior parte, eram duplex, ajuntando sob o mesmo tecto os dous sexos, vivendo apenas separados por paredes, mas com a egreja commum, como succedia em Pedroso e outros mais: por esta fórma se perpetuavam nas familias como propriedade, entrando na partilha entre herdeiros; por isso n'aquella epoca era muito vulgar a expressão—tanto de herdamento como posse não leigal, como de egreja e mosteiro—; chegando mais tarde a ser immenso o numero de padroeiros e compadroeiros, como, por exemplo, no mosteiro de Grijó, que chegou a ter mais de 250 coherdeiros.

D. Affonso III, no seu longo reinado, tantas vezes victorioso dos mouros, e restaurador de tantas terras, e tão respeitado e temido durante os quarenta e quatro annos do seu reinado, viu dous annos antes de morrer

o peor dos males—a guerra civil. Seu filho mais velho, D. Garcia, ajudado por muitos nobres e por seus irmãos, conspirou contra seu pae, para o derribar do throno. D. Affonso III, conhecendo as criminosas intenções do filho, mandou-o prender, e D. Garcia foi mettido em ferros no castello de Gouzon. Esta prisão foi o signal de uma revolta geral, na qual o rei viu entrar o resto da sua familia, seguindo-se depois a guerra civil; mas quando D. Affonso III viu o conde do Porto, D. Hermenegildo, abandonar o seu partido, e seguir o de seu filho, a adhesão d'este guerreiro illustre ao partido de seu filho o fez succumbir e abdicar; na apparencia a abdicação foi voluntaria, mas na realidade forçada, e depois d'ella durou apenas um anno.

D. Garcia, o filho rebelde, subiu ao throno no anno de 910, mas foi curto e pouco memoravel o seu reinado, fallecendo este principe tres annos depois, em 913. Seu irmão D. Ordonho, que possuia muitas sympathias entre a nobreza, e que tinha estreitas relações de amisade com o conde D. Hermenegildo, com uma irmã do qual era casa-

do, foi acclamado rei de Leão, com o nome de D. Ordonho II. Já durante a vida de seu pae e irmão mostrára o seu genio bellicoso e guerreiro, e nas entradas que fez nas terras dos mouros, espalhára o terror do seu nome. D. Ordonho II foi um guerreiro illustre, e mui distincto no primeiro quartel do X seculo; teve, porém, um emulo digno d'elle, Abderrhaman, kallifa de Cordova, que foi não menos guerreiro e terrivel do que elle: entre ambos deram-se batalhas assignaladas, favorecendo as armas ora a um, ora a outro; e algumas vezes pela pericia e exforço de ambos, a victoria ficou indecisa.

No anno de 920 juntou o kallifa um exercito e invadiu as terras de Portugal, levando tudo a ferro e fogo até ao Porto; mas nos muros d'esta cidade, e no exforçado conde D. Hermenegildo e seus homens de armas, achou uma resistencia dura e heroica o exforçado kallifa. Succederam-se os assaltos uns aos outros inutilmente, obrigando a constancia e a tenacidade da defeza a Abderrhaman demorar o cerco mais do que desejava; entretanto, soube que D. Ordonho vinha com

grandes forças em soccorro do Porto, e effectivamente em breve o rei de Leão chegava ás alturas de Rio Tinto.

Abderrhaman conservou o seu sangue-frio e presença de espirito que lhe eram naturaes, e não desanimou. Deixou a praça vigiada por um forte corpo de tropas, e com o grosso do exercito foi ao encontro do seu terrivel adversario: aonde se avistaram, em Rio Tinto, ahi batalharam, e depois de uma sanguinolenta batalha, ajudado o rei Ordonho por uma sortida do conde Hermenegildo, que saiu com a sua hoste dos muros do Porto, e cahindo sobre a rectaguarda do exercito serraceno, apressou a victoria do rei de Leão.

O conde Hermenegildo pelejou rijamente no campo da *Batalha,* que assim se ficou chamando em recordação d'esta renhidissima batalha que ahi houve. Em Campanhã ainda existe o logar do *Padrão,* onde se levantou um monumento para perpetuar esta victoria, tão grata aos portuenses, monumento que na invasão do anno seguinte foi destruido, ficando apenas ao logar o nome

de *Padrão*, e á freguezia o de *Campanhã*, corrupção de *campanha*.

O pequeno rio que passa abaixo pelo campo, ainda hoje se chama *Rio Tinto:* os que teem escripto com referencia á peleja, dizem que o sangue que correu durante o combate, junctando-se ás aguas do rio, as tornou vermelhas, de onde lhe veio o nome de *Tinto;* mas supponho que o rio teria já esse nome, devido a circumstancias peculiares, inherentes á natureza do solo.

Abderrhaman fugiu, desbaratado; mas esta derrota não o aniquilou, e pelos successos do anno seguinte, 921, supponho que o exercito vencido em *Rio Tinto* não era muito numeroso, e nem passou de uma entrada rapida e imprevista, com o fim de surprehender e destruir o Porto, como mais tarde fez D. Affonso Henriques para surprehender Santarem. Por isso, ainda que morressem quinhentos ou mil homens em differentes sitios, não podia o seu sangue tingir as aguas do rio, a ponto de as tornar vermelhas, e nem a peleja podia durar muito tempo junto a um pequeno rio, vadeavel em toda a parte;

é, pois, provavel que fosse outra circumstancia, qual é correr o rio n'este sitio por um terreno devoniano, onde abunda o gres vermelho pelas suas margens, e ainda hoje afflora pelos caminhos que não estão cobertos de terra, ou empedrados. Em occasiões de chuvas vi correr os enxurros d'uma côr avermelhada, e communicar esta côr ao rio, o que fez provavelmente de tempos immemoriaes dar ao rio este nome.

No anno seguinte, 921, o infatigavel Ordonho havia juntado a sua hoste á de D. Garcia Sanches Ariga, rei de Navarra, e juntos deram a batalha de Valle de Junqueira em Hespanha, onde foram vencidos e derrotados pelo kallifa. Este, sempre terrivel e vingativo, aproveitou a occasião para se vingar da derrota de Rio Tinto, e da affronta que havia recebido junto aos muros do Porto. N'esse mesmo anno invadiu a cidade, contra a qual tinha tão profundo resentimento.

Não estavam preparados os portuenses, nem contavam com um ataque tão repentino, e pouco prevenidos para um cêrco d'um general tão aguerrido, e de tropas victorio-

sas, resistiram tenazmente, mas a resistencia foi inutil: depois de alguns mezes de cêrco a cidade foi levada de assalto. Abderrhaman vingou-se cruelmente; os muros do Porto foram arrazados, e incendiado o burgo, e os habitantes passados ao fio da espada; o Porto ficou um deserto; d'elle apenas ficaram ruinas.

D. Ordonho invadiu as terras dos serracenos e causou-lhes graves damnos; mas estas represalias não levantaram o Porto das ruinas em que jazia. Um documento historico do anno seguinte, 922, dá D. Ordonho, a rainha e a sua côrte nas terras do Porto. O bispo D. Gomado havia renunciado o bispado de Coimbra, e para acabar seus dias socegado, se recolheu a Crestumire, onde havia um mosteiro duplex, no qual o bispo se havia clausurado, e como não podia vir ao Porto, o rei embarcou e foi pelo Douro com a rainha e os condes Lucidio Vimara, Rodrigo Lucio, e os bispos e mais fidalgos que compunham a sua côrte, visitar o bispo D. Gomado e o seu sanctuario. Chegados que foram alli, perante a sua côrte, compareceram

Aria, Abderrhaman e Mourão, confrades, e a abbadessa D. Gelvira, afim de deduzirem o seu direito e apresentarem os titulos que tinham e auctorisação. D. Ordonho, finalmente, a rogos do bispo D. Gomado, os eximiu do julgamento, e n'este mesmo dia fez ampla doação ao bispo D. Gomado de muitas terras e bens que coutou, e deu-lhe mais aos sabados o direito de nabão e malatosta do caes e surgidouro de Crestumire até á foz do Douro. Foi esta uma das maiores doações d'este rei nas terras do Porto.

Depois de tantos feitos gloriosos e batalhas distinctas, o rei D. Ordonho, no fim da vida, manchou a sua gloria com uma traição e cobardia, prendendo e mandando matar alguns condes de Castella.

Succedeu-lhe seu irmão Fruella, que reinou um só anno, e por sua morte succedeu-lhe seu filho D. Affonso IV, que abdicou em seu irmão Ramiro, e recolheu-se ao celebre mosteiro de Sahagum. Pouco depois, pela inconstancia do seu genio, e instado pelos descontentes, especialmente por seus primos, os filhos de Fruella, saiu do mosteiro e

fez-se de novo acclamar rei em Leão. Ramiro deu-lhe logo combate, prendeu-o, e carregado de ferros o metteu n'um calabouço, e pouco depois aos tres primos, pelas ciladas que lhe tinham armado; e recolhidos todos na mesma prisão, lhes mandou tirar os olhos. N'este miseravel estado, Affonso apenas viveu dous annos.

Apaziguadas estas guerras intestinas, Ramiro invadiu as terras dos arabes; houve represalias e a celebre batalha d'Osma: finalmente, depois de muito cançados, houveram tregoas por algum tempo.

No reinado d'este rei D. Ramiro II contam os escriptores que escreveram a historia do Porto, referindo-se ao *Nobiliario* do conde D. Pedro, como succedido em Gaya o bello episodio d'este rei com Alboazen Aboçadam, senhor de Gaya e d'outras muitas terras até ao Tejo, e o roubo de sua irmã a bella Zahara.

O *Nobiliario* attribuido ao conde D. Pedro, no titulo XXI, apresenta esta tradição toda romantica e poetica, e que deu logar a um bello episodio, e aos lindos e harmoniosos

versos de D. Bernarda Ferreira de Lacerda, que muito honra as donas illustres do Porto, sua patria.

O facto historico acontecido no reinado de D. Ramiro II, é impossivel e anachronico pela não coexistencia de Alboazen Abuçadam em Villa Nova de Gaya, epoca em que nenhum mouro existia do Mondego ao Douro com dominio. Ainda poderia succeder no reinado de D. Ramiro I, pelos annos de 843 a 850. A vida aventurosa e cruel d'este rei, as entradas dos piratas normandos nos portos de Galliza até o Douro, e os estratagemas que usaram para melhor captivarem os povos da beira-mar, e as entradas feitas nos differentes portos, cobrindo as barcas de pannos verdes e de ramos, para melhor illudir e surprehender os povos, talvez déssem causa a esta historia popular, e tão grata ás damas portuenses para contar ás filhas e netas esta lenda romantica, e da fonte de Ramiro, que ainda existe em Gaya com este nome. E' este um dos mythos da historia que a tradição apresenta escripto no *Nobiliario*, feito

mais romantico que historico, e proprio do primeiro periodo da idade média.

Ramiro II falleceu no anno de 950, e succedeu-lhe seu filho Ordonho III.

Sancho, seu irmão, começou logo a disputar-lhe o throno, ligado com alguns nobres de Galliza, sempre hostis aos reis de Leão. Ordonho, á frente d'um exercito, veio contra os sublevados, que se submetteram; e pacificado tudo, fez entradas nas terras dos musulmanos, e estes em Castella; e n'estas guerras obscuras passou o seu reinado de cinco annos.

Seu irmão Sancho, que tanto ambicionava a corôa, succedeu-lhe no anno de 955. Expulso do throno, passado um anno, por Ordonho o *Mau*, que se tinha ligado com o inquieto Fernando Gonçalves, conde d'estas terras, fugiu para Cordova, e procurou a protecção do terrivel inimigo de seu pae, o illustre Abderrhaman. O kallifa foi generoso para com o principe expatriado, e a sua protecção foi efficaz. D. Sancho, á frente d'um exercito serraceno, entrou na sua capital, e expulsou Ordonho o *Mau*, e sem lhe dar fre-

goas ou descanço, o fez fugir para as terras dos musulmanos, onde acabou obscuro. D. Sancho I, no anno de 961, estava restituido ao throno.

N'esta epoca a provincia de Galliza estendia-se alem do rio Minho e do Douro até ao Mondego; era um reino, e os seus condes tinham poderes eguaes aos do rei. Governavam n'este tempo muitas terras, Entre-Douro-e-Minho e o Mondego, dois condes, chamados Gonçalo; ao norte do Douro, Gonçalo Mendes; e ao nascente e sul até o Mondego, Gonçalo Moniz, ambos valentes e dos mais poderosos senhores de toda a Galliza; eram os chefes do partido nacional em relação a estas terras de Galliza, porque muito desejavam separar-se de Leão e formar um reino independente.

O bispo de Compostella, D. Sesisnando, era parente proximo d'estes, e mais guerreiro que prelado; e dos senhores feudaes da epoca um dos mais desenvoltos e turbulentos: com o pretexto das invasões dos piratas normandos tinha conseguido de D. Sancho licença para levantar os muros de Compostel-

la, sua diocese; mas os seus fins eram outros, e para abreviar esta obra taes violencias fez, que D. Sancho soube da vasta conspiração que se tramava, e sem lhe dar mais tempo, desceu com um exercito a Galliza. O turbulento prelado foi deposto e expulso de sua Sé, e para o seu logar foi nomeado o virtuoso S. Rozendo. Os senhores feudaes, que não contavam com a vinda inesperada do rei, submetteram-se tambem, e entre estes o conde D. Gonçalo Mendes; porém o conde D. Gonçalo Moniz, mais prevenido, com um numeroso exercito de seus vassallos do castello de Penafiel, Arouca e Vizeu, e com muitos outros senhores da Beira, estava em Villa Nova de Gaya, no alto da Meijoeira (Serra do Pilar). Como, porém, se visse só, pela subjeição de todos os senhores feudaes do norte, mandou mensageiros a D. Sancho, então no Porto, com propostas de paz e vassallagem ao seu soberano, as quaes D. Sancho acceitou por desejar muito retirar-se para Leão.

D. Gonçalo Moniz despediu as suas forças, e veio ao Porto prestar homenagem ao

rei, e conseguiu insinuar-se no seu animo, porque representava bem no rosto o que não tinha no coração, e assim que pôde envenenou o rei.

Todos os chronistas hespanhoes narram o facto, com mais ou menos acrimonia contra D. Gonçalo Moniz; entre estes citarei Lobera na *Historia de Leão,* que foi o que lhe acumulou mais injurias, e assim diz: «Un cavalero gallego, lhamado D. Gonçalo, que hecho capitan de ladrones y homicidas, tiranisó y arruinó grande parte de Galliza. Vino elrei contra el con tanta brevedad y puyança, que conociendo el ladron le faltava a el para resistirle, no le faltaron mañas para engañarle; porque encobriendo (con falsa dissimulacion) el anzuelo del rancor que trazia en el pecho, se rendió con celo de humildad finjida a la misericordia d'elrei, que fuera justo no la halara. Porque poniendo el confiado rei los ojos en sus palavras tiernas, le dió la libertad, e aprovechou-se della tan mal, el alleivoso conde, que en lugar de gracias, dió a elrei peçoña en una maçana.»

Tal é a narração de Lobera a respeito d'este conde.

Brito, Marianna, o Tudense, com muito menos acrimonia narram o facto. Ferrera, anno de 967, diz quem era o conde nas seguintes palavras: «El conde D. Gonçalo, que governaba en Portugal las cidades de Lamego, Vizeo e Coimbra, se solevó contra elrei D. Sancho de Leon; no sabiemos se lo movio a tan detestable rebelion la ambicion solla, o se tambien el parientesco de Sisenando, obispo de Compostella, a quen havia quitado aquella silla, e tenia prezo en un castillo. Elrei D. Sancho immediatamente juntó su exercito para castigar el rebelde conde, y fue con el a Portugal; a vista disto el conde D. Gonçalo, hallando-se sin fuerças para manter-se en soblevacion, se valiu de la maña, echando rogadores a elrei para que le perdonasse, offereciendo de novo el devido reconocimento y vassallage; fué facil alcançar esto en la blandura de D. Sancho, y assi vino el conde a ponierse a sus pies, que le perdonó y admitiu a su gracia; mas el perfido conde, que tenia escondido en el corazon

el tosigo del odio e infidelidad, cortegando el-rei com dissimulo, en una comida le dio veneno.» Da narração d'um e d'outro chronista se vê quem era o conde D. Gonçalo Moniz.

O rei D. Sancho, sentindo no Porto os effeitos do veneno, se pôz a caminho para Leão, onde não chegou, por fallecer no alto Minho. Seu filho Ramiro, na tenra idade de 5 annos, lhe succedeu no throno, sob a tutella de sua tia D. Elvira. N'este tempo houve discordias entre os inquietos gallegos, e um desembarque de piratas normandos nas costas de Galliza, d'onde foram expulsos pelos condes das terras do Porto, e ao norte por S. Rozendo.

N'esta epoca tambem havia fallecido em Cordova o illustre Abderrhaman, e seu filho, que era idiota, tambem herdára o kallifado debaixo da tutella de sua mãe, como succedia na côrte de Leão; o governo de Cordova, porém, cahira nas mãos do homem mais eminente entre os musulmanos, e o primeiro general do seu tempo, o celebre e valente El-

Mansur, que nos fins do decimo seculo foi o açoute dos christãos na peninsula.

Na menoridade do rei, e pelas dissenções da monarchia goda, fez uma invasão n'estas terras de Galliza, d'onde tirou despojos, e pelo inesperado d'ella sahiu sem risco. El-Mansur, assim n'esta como em outras occasiões, destruiu muitas terras dos christãos, desbaratando-lhe as tropas, pela pouca união e antagonismo que havia entre gallegos e leonezes.

Ramiro III tinha chegado á puberdade, e mostrava o seu genio soberbo e voluntario, e cada vez mais alienava de si o animo dos nobres e do povo de Galliza, olhando-os com desprêso, como assassinos de seu pae. Pelo contrario, D. Bermudo, desde criança, privado do throno de seu pae, havia-se retirado para as terras de Galliza, e conciliando os animos dos nobres e do povo, todos o consideravam como seu rei.

Os dois condes Gonçalo, ligados por sangue e dedicados a D. Bermudo, que tinham criado desde pequeno nas suas terras, aproveitaram estas disposições e acclamaram-no

em Compostella rei de toda a Galliza. O bispo D. Sesisnando entrou de noite na cathedral de Compostella, expulsou da sua séde o virtuoso S. Rozendo, que alli vivia com os seus conegos, e logo em seguida fez a sagração do novo rei com toda a pompa.

Seguiu-se logo a guerra. Ramiro, á frente de um exercito, marchou para a Galliza, e D. Bermudo, á frente d'outro, o foi esperar, quando já o rei de Leão tinha entrado pelo alto Minho. Em Portella d'Arreas deram uma renhidissima batalha, na qual entraram os melhores e mais valentes cavalleiros e nobreza de Leão e de Galliza: batalharam um dia inteiro, cobriu-se o campo de mortos e feridos, mas a victoria ficou indecisa, retirando-se Ramiro para Leão, e D. Bermudo para Compostella, morrendo n'esta desgraçada e ingloriosa peleja os melhores guerreiros, e suppõe-se que tambem os dois condes das terras do Porto, chamados Gonçalo.

Pouco depois El-Mansur penetrou até as margens do Ezla, onde entra no Douro, perto de Samora; Ramiro sahiu-lhe ao encontro, e depois de uma renhida batalha foi

desbaratado, e fugiu para Leão. El-Mansur seguiu-o, e a cidade esteve quasi a ser tomada, se não fosse uma grande neve e saraiva que obrigou o general musulmano a voltar a Cordova.

Apesar de todos estes estragos e calamidades, a guerra civil continuava entre gallegos e leonezes. El-Mansur, no anno de 984, veio pôr cêrco a Leão, e n'este anno parece que Ramiro havia fallecido, porque Bermudo fugiu para as Asturias, levando comsigo o mais precioso da cidade de Leão e da de Astorga, que n'este tempo era a segunda capital.

A resistencia de Leão foi heroica, as perdas dos musulmanos grandes, mas El-Mansur insistiu e levou a cidade de escalada. Mortos ou captivos os seus moradores, mandou arrazar os muros e o seu forte castello. Astorga teve egual sorte, apezar do exforço dos defensores.

O general musulmano entrou nas montanhas asturianas, mas estes baluartes inexpugnaveis ainda salvaram d'esta vez os christãos; foi rechaçado nos castellos de Luna,

Alva e Gordon, e retirou-se a Cordova, carregado de despojos e captivos.

O terrivel Hadjeb tinha jurado apagar na peninsula o nome christão; Castella estava erma, arruinadas as suas melhores e mais notaveis povoações, e arrazados os seus memoraveis castellos, e o mesmo havia feito ao sul de Galliza. Coimbra (a *Medina colimria* dos arabes) cahiu em seu poder no anno de 987, e foi destruida, e só passados sete annos, quando os arabes conheceram a sua importancia, é que foi reedificada, no anno de 994.

No meio de todas estas calamidades ainda a guerra civil assolava Leão e Galliza. El-Mansur destruiu os dous exercitos unidos. Bermudo pediu a paz, mas nada conseguiu. No anno de 997 começaram as hostilidades com nova furia, e no verão d'este anno destinou o general musulmano dar um golpe mortal nos christãos, destruindo o templo de S. Thiago de Compostella, tão celebre entre os christãos, e de não menos nomeada entre os arabes, que o denominavam a *kaaba dos nazarenos*, que quer dizer o *templo por excel-*

lencia, assim como denominam ao seu de Meka.

A guerra foi por mar e por terra, e publicou-se a *Gazua* (guerra sancta). De toda a parte se reuniam as tropas, e uma numerosa frota sahiu de Al-kassr-Abu-Danes (Alcacer do Sal) com a infanteria e material de guerra para bater os muros de Compostella, e esta frota veio ao Porto (*Bort-kal* Portugal) e d'aqui marchou a infanteria para o Minho, para se juntar com El-Mansur, que vinha com a cavallaria pelo melhor caminho, e juntas as forças no Minho marchou para Compostella. A cidade estava erma e deshabitada, os seus moradores haviam fugido para as montanhas. O templo foi profanado, e arruinados os seus muros e castello; d'aqui avançou até á Corunha, onde jamais tinham chegado as armas dos musulmanos; e o cansaço da cavallaria impedindo-o de ir mais longe, retrocedeu por Leão, e assolou de novo estas terras, e recolheu a Cordova carregado de despojos.

No meio d'estas desventuras estava a chegar o anno de 1000. Em fins de 999 fal-

leceu Bermudo, que havia escapado nas montanhas das Asturias á destruição do seu reino e da sua capital. O anno de 1000, de tantos e tão funestos presagios ao norte da Europa, e de tantas calamidades, não foi menos funesto para o sul; tudo assolado e destruido nas terras do Porto, apenas os christãos occupavam na foz do Sousa o castello de Aguiar de Sousa. O *Chronicon Conimbricense* nos diz que fôra n'este anno tomado e destruido.—«Era MXXXVIII cœpit Almansor castellum Aguilar, quod est ripa Souza—No anno de 1000 tomou El-Mansur o castello de Aguiar, á beira do rio Sousa.» Estavam os mouros dominando estas terras do Porto, e os christãos tinham fugido para as montanhas do norte, onde se conservaram alguns annos, até que os christãos, conhecendo a grandeza do perigo, foram-se unindo e preparando contra o inimigo commum.

No anno de 1002 viram-se os christãos pela primeira vez sinceramente unidos nos campos de Lorca; a pobreza pelos roubos das continuas invasões, a despovoação das terras, a morte dos melhores e mais valen-

tes guerreiros, e as guerras civis, tinham reduzido á ultima estreiteza os christãos; foi debaixo d'estes pessimos auspicios acclamado rei o joven Affonso v, de 5 annos de idade, na cidade de Leão, que começava a erguer-se das ruinas.

Dois cavalleiros illustres, o conde de Galliza e o de Castella, com D. Elvira, a viuva de D. Bermudo, começaram uma boa e efficaz administração n'estes dois annos, em quanto El-Mansur estava occupado com as guerras de Africa: foi no anno de 1002 que elle effectivamente se empenhou em reduzir o resto da peninsula ao dominio musulmano, tomando todas as disposições para a conquista.

A nova de todos estes aprestes espalhou o susto entre os christãos, que conhecendo a grandeza do perigo se uniram com seriedade para não serem destruidos. Os tutores de D. Affonso v, D. Sancho de Navarra e os vasconios independentes, unidos com alguns senhores feudaes de França, formaram um exercito numeroso. Os serracenos seguiram a corrente do rio Douro, assolando tudo na

passagem, e chegando a *Calat-al-nossor*, Pincaro dos Abutres, ahi pararam; e quando os corredores musulmanos viram o grande numero de christãos, encheram-se de espanto. No dia seguinte deu-se a batalha, que durou um dia inteiro, e bem ferida, mas sem vantagem de uma ou d'outra parte. El-Mansur, porém, sabendo durante a noite que a maior porção dos seus cavalleiros tinha morrido ou estava inutilisada, e elle mesmo gravemente ferido, fraqueou-lhe o animo feroz e passou o Douro com as reliquias do seu exercito. Os christãos, não menos destroçados, nem ousaram perseguil-o. A magoa, as feridas e a idade fizeram com que El-Mansur expirasse em Medina Coeli, e assim acabou o maior guerreiro do seu tempo, e o terrivel açoute dos christãos.

Seu filho Modhaffer foi nomeado hadjeb no logar de seu pae: fez varias corridas pelas terras dos christãos, e destruiu a cidade de Leão, que se tornava a erguer das ruinas no anno de 1003. Continuaram as corridas para estas terras, e cessaram em 1005 com uma tregoa que houve até 1007, e n'esse an-

no veio de Castella a Galliza, pondo tudo a ferro e fogo. No anno seguinte veio com um poderoso exercito, sendo o grosso das forças composto de cavallaria, e os christãos esperaram-no n'uns desfiladeiros, onde não podia estender-se, e foi derrotado, sendo as opiniões encontradas sobre o local do acontecimento; uns dizem que entre o Douro e o Mondego, outros entre Douro e Minho; é, porém, certo que voltou a Cordova destroçado, e falleceu n'esse mesmo anno.

Começou a guerra civil entre os musulmanos, e os christãos começaram a respirar mais socegados.

VINDA DOS GASCÕES AO PORTO

Os condes e senhores feudaes das terras do bispado do Porto, e de algumas do de Braga, Coimbra e Lamego, haviam-se retirado ás margens do Lima, e para além do rio Minho, e os seus solares estavam então occupados pelos mouros: a nobreza e o clero seguira o caminho dos condes. Os reis de Leão e Asturias estavam a tal ponto enfraquecidos, que mal podiam defender-se. Reunidos, porém, os nobres e alguns senhores feudaes, resolveram mandar a Gascunha, França, aliciar gente para a guerra, visto as forças nacionaes não bastarem. Foi encarre-

gado d'esta missão D. Moninho Viegas, descendente do conde D. Gonçalo, e com seus filhos Garcia Moniz e Egas Moniz foram a Gascunha. Uma das fontes historicas que narra este facto é o *Nobiliario* attribuido ao conde D. Pedro, que no tit. 36 diz assim:

«Dom Moninho Veegas o Gasco, (A) o primero veyo de Gascunha a Portugal, em tẽpo del Rey D. Ramiro de Leão, e outro seu irmão veyo com el, que foy Bispo do Porto, e avia nome D. Sesnãdo (B) e jaz em Villaboa do Bispo; e tãbem veyo cõ elle o Bispo dom Nonego, que jaz no mosteyro de Cujães. Vierão com elles seus dous filhos, e muyto bons cavalleyros, e muyto bõs escudeyros, filhos dalgo, e vierom por màr, portàr na foz do Douro, que he entre o Porto, e Gaya. Em aquel tẽpo chamavõ-lhe a foz Douro mao e lidarom hi cõ muy grã pessa de Mouros por muitas vezes, e veyo ganhando delles a terra por riba de Douro acima, por hũa parte, e da outra: os filhos se chamarom

D. Egas Moniz o Gasco

D. Garcia Moniz o Gasco, que ma-

tarão os Mouros, na cõquista de Riba de Douro.» .

Comquanto este livro á luz historica mereça muito pouco credito, este acontecimento está comprovado pelos successos d'esta expedição, e pelos nomes que muitas terras ainda hoje conservam; e investigados pela onomastica nos levam á historia d'esta heroica conquista, devida á iniciativa particular.

A vinda dos gascões ao Porto não podia ser antes do anno 1010, e a chronologia do *Nobiliario*, do *Catalogo dos Bispos do Porto*, e d'outros que a seguiram, está errada. (³) É certo que uma frota entrou a barra do Porto (Borth-kal, Portugal) com D. Muninho Viegas, com seus filhos, e muitos outros cavalleiros illustres, e o bispo D. Nonego; entretanto, o territorio portucalense estava invadido pelos mouros, houve renhedissimas batalhas, aonde morreu um dos filhos de Muninho Viegas, D. Gomes Moniz, e não Garcia Moniz, o que prova estarem estas terras habitadas pelos mouros, e as que seguiam pelo Douro acima (Riba-Douro) até

Baião. Vencidos os mouros no Porto, o primeiro cuidado de D. Muninho e dos seus foi de levantar os muros do Porto, e o seu castello na Penaventosa, circuitando de muralhas o pequeno recinto, subindo até Cimo de villa, e descendo pelo nascente ao Douro, e do castello pelo norte descendo á Ribeira, a *Festabole* dos Suevos.

Levantados que foram os muros, D. Nonego, que dizem bispo de França, e depois bispo do Porto, mandou levantar a torre, e a porta principal, que denominou *Porta de Vendoma*, em memoria de Nossa Senhora de Vendoma que trouxe de França. Faria e Souza na *Europa* parte I diz que era «una imagen de N. Senhora de escultura mas abultada, que polida, y no tan poco pulida, que se haja estimable por la arte, como se hace decorar por la magestad, que esta representando. Tiene embraçado el niño etc.» Esta imagem de pedra, quer viesse de França, ou fosse cá cinzelada, estava mettida na fronteira da torre n'um santuario com seu altar, aonde se dizia missa, que os moradores da rua ouviam de suas janellas. Obras que pos-

teriormente se fizeram destruiram tudo, sem deixar vestigios alguns das antiguidades que Faria e Souza cita.

Estando os muros do Porto levantados, D. Nonego caminhou 20 kilometros distante até Baltar, e no alto do monte, de onde se avistam as costas do mar de Espinho até a Povoa, levantou uma fortaleza, no sitio onde ainda hoje ha vestigios de muralha, sitio a que chamou *Vendoma:* abaixo está hoje a egreja d'este nome, e houve alli tambem um mosteiro: a freguezia, ainda hoje se chama de Vendoma. Esta fortaleza estava fronteira ao castello arabe, situado em Villa Cova de Vez d'Aviz, no alto, perto do monte d'Alagoa, aonde havia uma povoação arabe; e mais abaixo para o lado do Tamega, na freguezia de Abragão, havia um castello, e um senhor mouro, chamado Agam, que deu o nome á freguezia.

Além do Tamaga havia no alto da freguezia, hoje denominada Villa Boa do Bispo, o *mons aratus,* monte arado, e no alto d'este monte estava uma grande fortaleza arabe, que vigiava para o Douro, e para o Tamega;

e para o lado do sul nas vertentes do Douro estava Alpendurada, povoação arabe de importancia.

D. Nonego occupou-se este anno a levantar a fortaleza de Vendoma sobre o alto de Baltar, e o resto das forças acamparam por differentes terras, ás quaes deram o nome. Os gascões acamparam no sitio aonde hoje vemos a freguezia de Sobreira, no logar da freguezia que d'elles tomou o nome, e ainda hoje conserva, de *Casconha,* d'antes *Gasconha.* Um filho de Muninho Viegas, chamado Egas, e avô do que jaz sepultado em Paço de Souza, avançou até esta freguezia com os francos, que commandava, e do acampamento d'estes, perto dos seus paços, ficou o logar de *Francos*, que ainda hoje tem, e ao nascente estava a fonte, o Carvalho de *Gamus*, e a fonte ainda existe; mais adiante acamparam os cavalleiros de Galliza, e peões livres, e deram nome á freguezia de *Salvador de Gallegos.* Muninho Viegas em bateis subiu o rio, e occupou as margens do Douro até Entre-os-Rios. Na primavera do anno seguinte avançaram todas estas forças de

combinação com a hoste dos Mendes de Souza, e de D. Arnaldo de Baião, e atacaram e levaram de escalada o castello de Villa Cova, e desceram a Abragão, aonde tomaram o castello, e mataram o seu alkaide Agam, e fizeram prisioneira sua filha Zahara, casada com o rei de Lamego, a qual resgataram os muzarabes; e logo em seguida passaram o rio Tamega, e se reuniram em Villa Boa para tomarem a fortaleza sobre o monte Aratus. Aqui houve rijas pelejas, e a vinda de Iben Albuazen rei de Lamego com grandes forças tornou a batalha duvidosa: Muninho Viegas no ardor da peleja fez um voto solemne á virgem Santa Maria de lhe edificar um mosteiro; esta noticia animou os christãos, e cresceram os odios contra os mouros; estes foram vencidos, e a fortaleza do monte Aratus foi tomada, e passados á espada todos os mouros, que não poderam fugir: recordando o facto, ainda na freguezia existe a *ponte da Degola*.

Alpendurada foi destruida, e os mouros fugiram para além Douro, e foram para S. Martinho de Mouros e Mourilhe, até a toma-

da de Lamego, anno de 1057. D. Muninho Viegas cumpriu o voto, e edificou o mosteiro de Villa Boa, e alli jaz sepultado com seus filhos; o seu epitaphio diz assim:

«E. M. L. ×. obit. D. Muniõ Viegas, pridi, qui dicitur Gastus, et filii ejus, Egas Munis, et Gomes Munis requiescant in pace. — Na era de 1060 (anno de 1022) morreu D. Muninho Viegas, prior, que se chamou Gasco, e seus filhos Egas Munis, e Gomes Munis. Descancem em paz.»

Como vimos, o bispado do Porto, no tempo dos suevos, segundo a divisão das parochias em cada diocese, não passava o Douro além; mas nas primeiras invasões dos leonezes dilatou-se para o sul, e nem podia deixar de ser; porque estando Coimbra occupada pelos mouros, e sem bispo, não podiam os fieis deixar de recorrer á cathedral mais proxima, como era a do Porto; e é do anno de 773 a mais antiga doação, que existe nos chartularios do reino, e a primeira do chartulario da Academia, copiada do livro preto da sé de Coimbra, feita por uns poucos de sacerdotes irmãos e sobrinhos á egre-

ja de S. João de Souto Redondo, perto da Villa da Feira, para sustento e vestuario dos monges, para livros e alfaias da egreja, e sustento dos pobres: e já n'esta epoca se designam as terras doadas, proximas e distantes da dita egreja, *territorio Portucalense.* Assim, depois d'estas vicissitudes politicas, o bispado do Porto estendia-se ao sul do Douro aos limites e jurisdição que hoje pouco mais ou menos tem por aquelle lado, por onde confina com o bispado de Coimbra. Pelo nascente o bispado comprehendia o *territorio Portucalense* propriamente dito, e o *territorio Anegico*, que começava em Crestume, d'uma e d'outra parte do Douro, e chegava a Arouca, que no tempo dos suevos pertencia ao bispado de Lamego; mas como esta cidade estava em poder dos mouros, recorriam os fieis ao bispado do Porto; pelo norte tinha os limites que tem actualmente com o arcebispado de Braga, pouco mais ou menos.

Segundo o auctor do *Catalogo dos Bispos do Porto,* e outros escriptores dizem, S. Bazilio Martyr, discipulo de S. Thiago, no

anno 42 a 57 foi o primeiro bispo do Porto; mas a auctoridade em que se fundam é suspeita; basta pronunciar o nome de Higuera e Destro, e muito duvidoso se torna este facto, por quanto a cidade do Porto, e o seu castello, é do tempo dos suevos; e o *Portus de Calle* um pequeno logar, como disse, e pela pequena importancia não podia ser nomeado bispo para alli, pois só eram nomeados para grandes cidades; e ainda que logo no principio (o que não é provavel) fosse o numero de christãos grande, estavam sujeitos ao bispo de Bracara Augusta no espiritual, ou talvez a S. Pedro de Rates, n'essa epoca: diz mais o *Catalogo* do anno de 42 a 57 em que foi martyrisado S. Bazilio não ha memoria de bispo algum na diocese do Porto; nem podia haver, por não existir aqui bispado. Talvez que Constancio, o quarto bispo nomeado no *Catalogo*, que outros dizem terceiro, fosse o primeiro bispo do Porto.

Constancio foi perseguido pelos arrianos, e viveu pouco mais ou menos no tempo do concilio de Lugo, tempo em que o bispado já existia, por isso mesmo que lhe designam

vinte e cinco parochias sujeitas á sua sé. Comtudo, antes da conversão de Theodomiro, os bispos officiaes eram arrianos, porque o rei tambem o era, e os bispos catholicos eram perseguidos.

Continua no *Catalogo* a serie dos bispos até S. Felix, ou Torcato Felix, que foi bispo d'esta cidade do Porto, e depois arcebispo de Braga, no tempo da invasão dos mouros, e pouco depois foi morto pelos mesmos junto á cidade de Guimarães.

O Porto, destruido na primeira invasão dos mouros, esteve sem bispo até que a cidade foi reedificada e levantados os seus muros no reinado de D. Affonso III, pelos fins do IX seculo; mas logo em 921 foi de novo destruida e incendiada por Abderrhaman. D'ahi por diante até á invasão dos gascões, no anno de 1009 a 1010, pela agitação continua, e pouca estabilidade do governo, quer dos mouros, quer dos christãos, não se póde assegurar que a relação dos quatro bispos que menciona o *Catalogo*, tão controversa, que até outros nomeam oito, seja verdadeira, attenta a falta de documentos comprova-

tivos d'essa epoca de incendios e distruições.

É certo que pelo anno de 1010 pouco mais ou menos entrou na barra do Porto a frota que conduzia os gascões, e entre estes vinha D. Nonego, bispo de França, o qual foi nomeado bispo do Porto, e havia trazido de França alguns conegos na sua companhia, e ordenou outros, e viveu com elles canonicamente na cathedral, segundo a regra de Santo Agostinho. Depois da morte de seu companheiro d'armas D. Moninho Viegas, anno de 1022, pouco tempo continuou a ser bispo; e no anno de 1025, vendo-se velho e cançado, resolveu resignar o bispado, e recolher-se a um mosteiro, e rogou muito a D. Sesnando para acceitar o bispado, ao que com custo este annuiu.

A eleição de Nonego para bispo do Porto, se a houve por este ser bispo, foi feita pelos invasores, e pelo clero; mas para a eleição de D. Sesnando consultou D. Nonego os seus conegos, o clero, nobreza, e povo da cidade do Porto, e todos unanimemente votaram em D. Sesnando, irmão de Muninho Viegas, va-

rão illustre pelo nascimento e pelas armas, e com alguns conhecimentos nas letras e escripturas sagradas, e foi logo ordenado ecclesiastico, e pouco depois sagrado bispo do Porto no anno de 1026, por D. Nonego, que se retirou ao mosteiro de Coyãos, aonde jaz sepultado.

D. Sesnando, depois de eleito bispo, cuidou em pôr a sua diocese em bom arranjo e ordem; enriqueceu a sua cathedral, doando-lhe o muito que havia adquirido; ficou sem bens proprios, vivendo em communidade com os seus conegos segundo o instituto. Exortava as suas ovelhas, e as guiava no caminho do ceu; mas não deixava de as enthusiasmar pela guerra, muito principalmente quando os infieis ainda occupavam as terras dos christãos além de Riba-Douro.

Como prelado zeloso ia á côrte dos reis de Leão solicitar algumas cousas a bem da sua egreja, e das suas ovelhas. Um documento historico do anno de 1029 o dá nos fins d'este anno na côrte de D. Fernando Magno de Leão, concedendo-lhe por então o rei privilegios e isenções para a sua egreja. Foi

n'essa occasião que conciliou em Palencia do Conde os monges do mosteiro de Soalhães com seu sobrinho D. Garcia Moniz, e pela sua protecção foram favorecidos os monges por D. Garcia Moniz. Nos principios do anno de 1030 recolheu ao seu bispado, e sentindo-se falto de forças, renunciou a prelazia, e para dar descanço ao corpo e ao espirito, recolheu-se ao mosteiro de Villa Boa, que seu irmão fundára, e alli tomou o habito de conego regular.

No alto da freguezia de Villa Boa, n'um monte elevado, mas que se via do mosteiro, havia uma ermida dedicada ao Salvador; e o santo bispo tinha por costume ir todas as sextas-feiras alli dizer missa com grande devoção e lagrimas, diante d'um venerando crucifixo, que alli havia, devoção, que exerceu por cinco annos com grande regularidade.

Os mouros, que ainda habitavam além Douro, em S. Martinho de Mouros, 15 kilometros distante, sabendo isto, passam o Douro, escondem-se em umas matas, e quando o bispo estava ao altar celebrando missa,

cahiram de repente na ermida e o alancearam no mesmo altar, e mataram cruelmente, pelo odio que tinham á fé. Chegando esta nova ao mosteiro, correram os monges e o povo á ermida, e acharam o santo bispo, revestido das vestes sagradas, ainda salpicadas de sangue. Sobre o seu corpo derramaram sentidas e copiosas lagrimas, e consultando todos entre si sobre o logar da sua sepultura, assentaram unanimemente que fosse debaixo do altar da mesma ermida do Salvador, aonde fôra martyrisado pelos infieis; e tambem pela vontade que o santo bispo manifestára por muitas vezes de ser sepultado aos pés d'aquelle devoto crucifixo.

Foi por este modo que o santo bispo foi o primeiro christão que se enterrou dentro d'uma capella no bispado do Porto; honra não concedida nem aos fundadores, como seu irmão e sobrinhos, que tinham o seu jazigo nas paredes para o lado do claustro. Fizeram um grande caixão de pedra, e dentro foi depositado o seu corpo, e enterrado no pedaneo do altar aonde se celebrava o sacrificio da missa: ahi n'este logar se conservou

quasi 108 annos, até ao de 1142, quando ao mosteiro de Villa Boa veio D. Pedro Ribaldis, que fôra conego do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e era então bispo do Porto. Abriram o tumulo de pedra, e acharam o corpo intacto. Fizeram então um caixão de madeira de cedro, forrado de veludo preto, e mettido dentro o corpo do santo bispo, foi levado n'um andor ás costas dos conegos para o mosteiro de Villa Boa, e mettido na parede do claustro, que fica á mão direita entrando pela porta principal. No caixão de pedra estava o seu epitaphio, assim escripto: «3.º kal. Fevr. obit in domino D. Sesnandus. Episcopus Portugal, a Mourarum tellis confossus, dum sacrum faceret Era MLXXIII». —Aos 30 de Janeiro falleceu com Deus D. Sesnando bispo do Porto morto ás lançadas pelos mouros, quando estava a dizer missa. Na era de 1073 (anno de 1035).»

D'esta epoca em diante a freguezia e mosteiro começaram a chamar-se *Villa Boa do Bispo*, em memoria d'este santo bispo e martyr.

Depois da morte de D. Sesnando a sé do

Porto esteve *sede vacante,* continuando a ser governada canonicamente pelos conegos até ao tempo do conde D. Henrique e D. Thereza, em que foi nomeado bispo D. Hugo conego de Compostella. D. Garcia Moniz, pela morte de seu pai, succedeu no governo do condado portucalense no anno de 1022.

Cumpre rectificar aqui um erro do *Nobiliario,* que dá D. Garcia morto pelos mouros na lide d'estes com os gascões, quando ha documentos que comprovam a sua existencia depois d'esse acontecimento; como por exemplo o julgamento em Palencia do conde no reino de Leão, escripto no *Chartulario da Academia* n.º 8; e ainda vivia no anno de 1047, como se vê d'um documentó do cartorio de Alpendurada sobre o padroado da egreja de Santa Maria da Villa de Banio no valle de Anegia, e do mesmo epitaphio do pae, em Villa Boa do Bispo, se vê que o fallecido se chamava Gomes Monis, e não Garcia Monis.

No governo d'este conde, além da guerra activa com os mouros nas fronteiras além Douro invadindo-se-lhe as terras, que elles

occupavam, e defendendo-se das suas invasões; acresceu nas do Porto nova calamidade. Os piratas normandos, que assaltavam frequentemente as costas de Galliza, no anno de 1026 chegaram ás costas do Porto. Um documento do mosteiro de Pedroso, datado d'esse anno, o confirma, e vem no *Chartulario*; é a escriptura de venda de certas propriedades citas em Cabanões e Muradões (Ovar), escripta em latim barbaro, cuja traducção é a seguinte: «Christo em nome de Deus, Eu Metilio faço a vós Octicio carta de venda da quarta parte da minha propriedade sita na villa de Cabanões e Muradões, sob o monte de Castro Recaredo, julgado de Santa Maria, nas margens do rio Ovar na villa de Cabanões, e no mesmo casal a quarta parte, e em Muradões tambem a quarta parte, pelo resgate que de nós fizeste sacando-nos das barcas dos normandos, a mim, e a minha filha Guncinha, e pagaste por nós um manto de pelle de lobo, uma espada, uma camisa, tres lenços, uma vacca, e tres moios de sal coalhado por cada um, e setenta aos bons homens, que estavam no foral de

Santa Maria, Tedon Galindicio, Fernando Gonçalves, e Ero Telles; e do preço justo nada nos ficaste a dever. Assim estas herdades passam do nosso para o vosso dominio de hoje para sempre, para fazeres d'ellas o que quizeres; e se alguem (o que não póde ser) vier perturbar este direito, seja homem ou mulher, e destruir este contracto, seja em nosso nome, ou d'outro, pagará a herdade dobrada, ou treplicada, e todas as bemfeitorias. Datado aos 28 de abril do anno de 1025. Eu Metilio esta carta de venda pela minha mão coro+boro. tt.as presentes=Edronio—Kazume—Erigo—David—Songemiro—Vasco, abbade, a notou.»

Este flagello dos piratas normandos prolongou-se ainda por mais alguns annos pelas terras da beira mar.

Até ao meado do seculo XI conservaram os christãos e os mouros as mesmas posições; e as terras de Riba-Douro para o sul ainda depois do anno de 1050 estavam em poder d'estes. No anno de 1027 Affonso V de Leão foi morto no cerco de Vizeu, andando sem armas, no pino do verão, só com uma tuni-

ca de linho, em volta dos muros; n'esta imprevidencia um virote expedido das muralhas o derribou do cavallo, deixando-o mortalmente ferido, e expirou na sua tenda no vigor da idade, contando apenas 30 annos. Retiraram-se os leonezes com o cadaver do rei; e as continuas guerras que tiveram com os reis de Navarra e Castella fizeram com que D. Fernando I, denominado depois o *Magno* pelas suas victorias e felicidades, fosse acclamado rei de Leão e de Castella em 1054; e pondo termo ás guerras civis, começou a conquistar as terras dos serracenos. Entrou na provincia hoje denominada da Beira, e tomou alguns castellos, tomados na expedição anterior, mas depois perdidos; d'estes o mais importante, era o de Seia (Sena), e na primavera do anno seguinte, 1057, tomou Vizeu, Lamego, Tarouca, e alguns outros logares fortes, que conservou, entregando-se a outras emprezas.

Foi no anno de 1058, segundo os chronistas hespanhoes, ou segundo os nacionaes no de 1064, que dirigiu as suas armas para o Mondego, e depois de seis mezes de cerco,

cahiu Coimbra para sempre no poder dos christãos.

Um homem importante, e que viveu alguns annos entre os musulmanos, aconselhára, e acompanhou D. Fernando Magno n'esta empreza; era Sesnando, filho de David, rico mozarabe; e era Senhor de Tentugal, e d'outras terras de Coimbra, que povoara: e justificada a invasão pelo bom resultado, Fernando Magno recompensou os bons serviços de D. Sesnando, e formou um governo das terras conquistadas, e da terra Portucalense ao sul do Douro, desmembrando apenas d'elle a terra de Santa Maria (Feira).

No anno de 1065 falleceu D. Fernando Magno de Leão, e o seu grande imperio foi dividido por seus filhos. A Galliza, abranjendo o moderno Portugal, pertenceu a seu filho D. Garcia. O conde D. Sesnando continuou a governar o grande condado Conimbricense. O conde D. Nuno Menendes governava o districto de Entre-Douro e Minho, e foi elle que promoveu uma revolta dos povos dos districtos portucalense e bracarense contra

Garcia, e havendo uma batalha entre Braga e o rio Cavado, foi desbaratado, e morto no campo.

Successos posteriores fizeram com que toda a herança de D. Fernando Magno, nos principios do anno de 1073, depois da guerra fraticida dos filhos d'este, e da morte de D. Sancho junto aos muros de Samora, viesse parar ás mãos de D. Affonso VI de Leão. Nas suas emprezas contra os sarracenos até o anno de 1085 foi feliz e bem succedido; na primavera d'este anno tomou aos mouros a cidade de Toledo, que era então a capital dos reis visigodos, e d'onde Roderico, quatro seculos antes, havia sahido para a infeliz batalha de Chrissus, que entregou a Hespanha aos sarracenos: D. Affonso VI estabeleceu em Toledo a capital do seu reino.

No anno seguinte, vendo os sarracenos o perigo em que estavam na peninsula, uniram-se, e chamaram de Africa tropas aguerridas; Affonso VI tambem se não descuidava, e foi n'este anno que vieram a Hespanha muitos cavalleiros francos, que engrossaram o seu exercito; bem como tinha ao seu ser-

viço muitos mercenarios arabes. Foram estes os maiores exercitos que se reuniram em Hespanha no VIII seculo.

Acompanhou tambem a D. Affonso VI o conde D. Sesnando com a sua numerosa hoste, e os seus subalternos. Todas estas forças reunidas nos campos e outeiros de Zalaka deram uma terrivel batalha, sendo o exercito dos christãos desbaratado com grandes perdas, e podendo com grande custo escapar D. Affonso IV com poucos dos seus. Este grande revez acabaria com os christãos senão houvesse alguns acontecimentos notaveis entre os musulmanos, e se o chefe se aproveitasse da victoria.

No anno de 1091 morreu o conde D. Sesnando. D. Affonso VI deu o governo de Coimbra a Martins Moniz, cavalleiro illustre, e grande senhor n'estas terras entre Douro e Mondego, casado com uma filha do conde D. Sesnando. Levou alguns annos a reparar o revez de Zalaka, e quando D. Affonso VI viu restauradas algum tanto as forças da monarchia, inimigo sempre irreconciliavel dos sarracenos, na primavera de 1093 passou o

Mondego, e em pouco tempo cahiram em seu poder Santarem, Lisboa, e Cintra, dilatando as suas fronteiras até á foz do Tejo. Entregou o governo das terras conquistadas a D. Soeiro Mendes da Maia, irmão de D. Gonçalo Mendes da Maia, tão conhecido depois pelo nome de *Lidador*.

Ás terras de Galliza, e ao condado Portucalense haviam-se unido naturalmente as novas conquistas até ao Tejo. Estes condes, senhores d'um grande trato de terras, ricos, poderosos, e bastante affastados da acção do rei, e dominados das idéas de independencia, tão vulgares na peninsula entre ambos os belligirantes, mouros e christãos, fizeram com que D. Affonso VI, para evitar estes riscos, e a guerra civil, resolvesse fazer de toda a Galliza e mais terras do Mondego ao Tejo um grande senhorio, e por isso, depois das novas conquistas, deu o governo de Coimbra a um membro da sua familia, removendo para o districto de Arouca a Martins Moniz, ficando-lhe tambem sugeito Soeiro Mendes, governador de Santarem.

O principe ao qual D. Affonso deu o go-

verno d'esta importante parte da monarchia era um estrangeiro illustre, que viera a Hespanha, acompanhando a rainha D. Constancia sua tia, segunda mulher de D. Affonso VI, e que com outros illustres francos haviam batalhado em Zalaka, arriscando a sua vida em defeza do christianismo, e da monarchia leoneza. Era Raymundo, filho de Guilherme, conde de Borgonha. Casou-o com sua filha unica D. Urraca, no anno de 1094, a qual apenas sahia da infancia, tendo 13 para 14 annos. N'este mesmo anno Raymundo desceu de Galliza, e veio a Coimbra acompanhado d'alguns condes, e outros senhores seus subalternos, do seu alferes, e com muitos cavalleiros, que faziam um luzido prestito, e uma côrte numerosa: de Coimbra marchou esta hoste para as immediações de Lisboa, perto da qual assentou os seus arraiaes, porque já n'essa occasião Lisboa e Cintra estavam dominadas pelos serracenos, e apenas os christãos tinham Santarem; e recebendo aquelles d'Africa grandes forças, cercaram Raymundo por todos os lados, e rompendo o campo o desbarataram, ficando

uma grande parte dos seus soldados mortos, ou captivos, escapando elle com alguns dos seus.

Este acontecimento de Raymundo actuou muito no animo de Affonso VI, e resolveu casar uma outra sua filha, que fóra de matrimonio houvera d'uma dama illustre, com um principe não menos illustre, e do qual tinha provas de esforço e valentia pelos seus feitos; era o conde D. Henrique, e já no anno de 1095 estava casado com Terasia ou Tareja, filha bastarda de D. Affonso VI, e de posse do condado portucalense, mas sugeito a seu primo Raymundo. Esta sugeição acabou pouco depois; e já no anno de 1097 dominava Henrique todo o territorio do Minho ao Tejo, e as fronteiras de Raymundo recuaram até ao rio Minho na moderna Galliza.

Casando o conde D. Henrique com D. Tereja, Affonso VI não se contentou de lhe entregar o condado Portugalense, já unido com o Conimbricense e com o de Santarem, com o nome de Portugal; entregou-lhe tambem as propriedades regalengas, que eram do patrimonio do rei e da corôa, e que passa-

ram a ser possuidos como bens proprios pelos dous consortes.

Durante a vida de D. Affonso VI viveu D. Henrique nos seus estados e na côrte, mas dominado pelo espirito da época, as cruzadas, foi á Palestina em 1103, d'onde voltou em 1105 ao seu condado, e no anno seguinte á côrte do reino de Leão. Tinha os seus paços em Guimarães, mas corria pelas terras do reino administrando justiça, e restaurando muitas povoações ainda ermas, ou destruidas pela guerra; e pouco depois sua esposa começava a engrandecer e ampliar os seus paços na sé do Porto. No anno de 1107 falleceu seu primo Raymundo; e no anno de 1109 seu sogro D. Affonso VI. D'esta época em diante o conde D. Henrique, que apenas era um guerreiro distincto, tornou-se um politico consummado; sua esposa coadjuvou-o em vida, e na sua viuvez continuou seguindo a mesma politica. O conde envolvera-se em todos os enredos e intrigas da politica tortuosa de D. Urraca, e do rei de Navarra, e do celebre Gelmires, arcebispo de Compostella; alliando-se ora com um,

ora com outro, tendo sempre em vista a independencia do reino e o seu engrandecimento futuro.

Por fallecimento do bispo D. Sesnando não se nomeara bispo para a diocese do Porto, a qual ficou sem prelado proprio, e apenas governada por arcediagos, sujeita á sé de Braga como sua sufraganea; continuando este estado de cousas durante os reinados de D. Fernando Magno de Leão e de D. Affonso VI até ao anno de 1113, no qual, poucos mezes antes da morte do conde D. Henrique, foi nomeado bispo do Porto D. Hugo, de nação francez, e arcediago da sé de Compostella. Hugo era valido intimo do arcebispo Gelmires, seu secretario e procurador, que por elle ia a Roma tractar dos seus negocios mais arduos; assim, esta nomeação foi muito bem acceite e agradavel ao poderoso arcebispo, e talvez bem combinada por D. Thereza para mais tarde produzir, como produziu, beneficos resultados: foi esta nomeação mais politica do que religiosa, pois D. Hugo nem presbytero era; tomou ordens sacras, e na primavera do anno seguinte foi

sagrado em Leres, na Galliza, por Mauricio arcebispo de Braga, n'uma dominga da Paixão, e no dia seguinte foi com Gelmires para Compostella, e pouco depois celebrou missa solemne no altar do Apostolo. Viria ao Porto tomar posse do bispado, mas pouco tempo aqui permaneceu, e nos primeiros seis annos do seu pontificado andou sempre envolvido e occupado com os negocios e enredos de Gelmires, e emprehendendo, já depois de bispo, viagens, e outras missões secretas para servir o seu patrono: d'esta época datam as relações intimas, e ás vezes mysteriosas, de D. Thereza com o arcebispo; as quaes concorreram para a conservação do seu governo, e radicar a independencia nacional nos seus vassallos.

D. Thereza no seu governo politico era toda submissa e humilde, quando as circumstancias lhe não permittiam mais, porém tornava-se altiva e independente sempre que se podia mostrar qual era, tendo sempre em vista a independencia e o engrandecimento. No anno de 1115 não pôde deixar de se humilhar, e reconhecer a sua sugeição, indo

ao concilio de Oviedo, convocado por sua irmã Urraca, e firmou as actas do concilio com seus filhos e filhas. A este concilio assistiram grande numero de prelados, varões e nobres das differentes provincias da monarchia leoneza, menos os de Portugal.

Estas disposições pacificas, corroboradas pelo juramento prestado a sua irmã, pouco tempo duraram, e já no anno seguinte estava envolvida nas guerras traiçoeiras e nas intrigas de Gelmires, e dos partidarios do infante D. Affonso, filho de D. Urraca, e ligada com os seus maiores inimigos, o arcebispo, o conde de Trava, e seus filhos Bermudo e Fernando.

D. Thereza acompanhava a sua hoste e partilhava os perigos, e é provavel que d'esta época datem suas relações amorosas com D. Fernando de Trava, tão fataes para ella, e para o reino. Envolvida n'estas guerras do norte do reino, esqueceu-se de defender as terras do sul, invadidas pelos mouros em 1117, e com custo se introduziu em Coimbra, que defendeu. Para o norte augmentaram os seus dominios, passando além do Mi-

nho, aonde governava muitas terras, denominando-a os seus vassallos *rainha*. Todas estas offensas e hostilidades de D. Thereza para com sua irmã compelliram D. Urraca invadir o condado Portucalense no anno de 1121. D. Thereza foi vencida em toda a parte, e desbaratado o seu exercito; apenas o Porto e Coimbra eram governados por D. Fernando Peres de Trava, aonde não tinham chegado victoriosas as armas de sua irmã; e sendo D. Thereza cercada em Lanhoso com alguns dos seus, estava prestes a cahir nas mãos de D. Urraca, quando de repente se levantou cerco, e a sitiadora se congraçou com sua irmã: taes foram os enredos tenebrosos d'esta época machinados pelo arcebispo, o que fez dizer ao nosso grande historiador Alexandre Herculano estas memoraveis palavras, livro I, pag. 240: «Ha muitas vezes na historia, ao lado dos factos publicos, outros succedidos nas trevas, os quaes frequentemente são a causa verdadeira d'aquelles, e que os explicariam se fossem revelados. Mas ordinariamente não passando d'enredos obs-

«curos, a noticia de taes factos morre, com «os que n'elles intervieram, etc.»

O bispo D. Hugo, nos primeiros seis annos depois do fallecimento do conde D. Henrique, fez grandes serviços á rainha D. Thereza, que bem lh'os recompensou, no anno de 1120, fazendo-lhe ampla doação do burgo do Pórto, com todas as suas rendas, e lhe coutou estas terras, como se vê do documento, que em portuguez é do theor seguinte: «Pela auctoridade dos antepassados padres somos amoestados, que tudo aquillo, que quizermos seja firme e valioso, por escripturas publicas o encommendemos á memoria, assim dos presentes, como dos que ao diante de nós forem. Pelo que eu a rainha Thereza, filha do glorioso imperador Affonso, para honra e gloria de Nosso Senhor Jesus Christo, e á honra e louvor da bemaventurada Virgem Maria, e por remissão de meus peccados e redempção de minha alma, e de meus paes, faço testamento e carta de doação por confirmação d'esta escriptura á sé do Porto d'aquelle burgo, ou d'aquella herdade ou herança, com todas as rendas, achegas e com

a egreja de Redondella, bosques e castello, que em portuguez se chama Lueda, com todas as suas pertenças, e Germalde, que minha irmã a rainha D. Urraca já tinha doado, e com todos os direitos reaes, que dentro do dito couto se contém. Portanto douo-o, e outorgo ás sobreditas heranças, ou herdades, e pesqueiras, a Santa Maria da sé do Porto, e a D. Hugo bispo d'ella, e a seus successores; e faço couto firmissimo por seus termos: convém a saber, por Lueda, e d'ahi pelo Ribeiro do Tonairo, que corre junto do paço de Garcia Gonçalves e d'ahi pelas pedras fixiles, e d'ahi por paramos até Barero, e d'ahi até a arca, que está junto á fonte, e d'ahi até á outra arca, e d'ahi pela pedra furada, e d'ahi ao monte, que se chama Pé de Mulla, e d'ahi pelo monte dos Captivos, aonde parte Cedofeita com Germalde. D'ahi por Cartinfeita (outros Cortinha de Frades) e d'ahi ao canal maior, assim como corre o rio Douro. Portanto, qualquer direito e qualquer propriedade que dentro dos limites tenho, ou devo ter, de Bouças, óu de Santa Maria d'Aguas Santas, ou d'outros di-

reitos reaes e possessões; de tudo faço doação e testamento á egreja de Santa Maria da sé do Porto, e a D. Hugo, bispo da dita sé, e a seus successores, e por instrumento o confirmo; para que o tenha e possua a egreja do Porto para todo sempre, e para fim dos fins. E se algum dos meus parentes ou estranhos attentar romper, tirar, ou quebrantar este testamento, e carta de doação, ou caução, primeiramente incorra na ira de Deus, e seja apartado e alienado do Santissimo corpo e sangue de Nosso Senhor Jesus Christo, e não se emendando, no inferno tenha logar com Judas o traidor, e tudo o que assim presumir fazer seja nullo, e de nenhum valor, e em nada se torne, e além d'isso pague a pena de seis mil soldos, e um talento d'ouro. E este seja sempre firme e inviolavel. Foi feita esta escriptura na era de 1158 annos, e foi confirmada e sellada no santo dia da Paschoa aos 18 dias do mez de abril, aos 15 dias da lua, anno da Encarnação de Nosso Senhor de 1120 na indicação 2.ª concurrente 4.º Epacta nenhuma. No anno sexto do pontificado de D. Hugo, bispo da dita egreja. Eu, a rai-

nha D. Thereza, filha do glorioso imperador Affonso, confirmo e assigno esta carta, ou caução, com minhas proprias mãos, juntamente com consentimento de meu filho Affonso, e de minhas filhas Urraca e Sancha. Testemunhas, que presentes estiveram e ouviram — Gomes Nunes. Mendo Viegas. Pero Paes. Pelayo Paes. Egas Gonzendes. Mendo Bofino. Vsdamino. E eu, Affonso, filho da rainha Thereza, o assigno e approvo. E eu, Sancha, filha da rainha Thereza, o assigno e approvo. E' eu, Urraca, filha da rainha Thereza, o assigno e approvo. D. Hugo, bispo da dita sé, o assigno. Hilario, arcediago da dita egreja, o assigno. Nuno, arcediago da dita egreja, o assigno. Froilam Almartins o assigno. Pelagio, clerigo de missa e conego, o assigno. Soario Gozendes, clerigo de missa, o assigno. Diogo, diacono e conego, o assigno. Pedro, subdiacono e conego, o assigno. Mendo, notario, o escrevo.»

O bispo D. Hugo, envolvido na politica e nos acontecimentos de Galliza, que produziram a queda de D. Urraca, e a exalta-

ção de seu filho D. Affonso VII, e que mais tarde produziram iguaes effeitos no condado portucalense, não poude dar foral aos portuensès, senão passados tres annos depois que recebeu de D. Thereza a ampla doação do burgo do Porto. Foi em julho do anno de 1123 que deu foral á cidade do Porto, e o seu theor é o seguinte, em portuguez:

«Foral dado por D. Hugo aos habitantes do burgo do Porto. Em nome da Santa individua Trindade, Padre, Filho e Espirito Santo. — Aquillo que queremos fazer firmemente, o confirmâmos por meio de documentos escriptos; pelo que eu, Hugo, por graça de Deus, bispo do Porto (ainda que indigno) quero fazer saber, assim aos presentes como aos futuros, que não só com o consentimento dos nossos clerigos, mas tambem por conselhos dos homens bons, dou-o ás pessoas que habitam no burgo do Porto, ou a qualquer que vier habital-o, taes e tão bons foros como tem S. Facundo; isto é, que no dia da cêa do Senhor haja cada um de pagar por uma casa qualquer um soldo. E aquelle que quizer fazer casa no burgo, o meirinho

da villa lhe dará logar, e por isso receberá um soldo; e aquelle que quizer vender a sua casa, faça a venda a qualquer do burgo, intervindo audiencia e licença do bispo, ou de seu meirinho. E se algum, opprimido d'alguma grave necessidade, quizer sahir do burgo com beneplacito do bispo, ou de seu meirinho, possa vender ou doar a sua casa; e se o bispo, ou o seu meirinho a quizer comprar, terão preferencia pelo preço que a louvarem os homens da villa. O meirinho não pinhorará alguem do burgo dentro de casa, quando fóra d'ella achar em que possa fazer penhora, sem dous ou tres homens bons da villa, os quaes o acompanharão: e se d'outra sorte o fizer, pagará o duplo d'aquillo que tirar de casa, e perca o seu officio de meirinho.—Qualquer que trouxer pão a esta villa para vender não pague por isso portagem alguma, e a medida do pão será uma em toda a villa para comprar, e vender.—E a respeito do vinho, que se use do mesmo modo d'uma só medida, mas do vinho se receberá portagem, como é costume e foro, e aquelle que vender ou comprar por outra

medida, pague cinco soldos. A respeito do sal, do mesmo modo se compre e venda por uma medida, assim como do vinho. De todas as calumnias se pague a decima parte, excepto se fôr rauso, ou homicidio, ou offensa ao meirinho.—Aquelle que vender cavallos pague um soldo — e d'uma egoa seis dinheiros;—de jumento quatro dinheiros; — de boi dous dinheiros; — de porco um dinheiro;—de carneiro uma mealha. Se algum estranho matar vacca ou porco, deve pagar os lombos. Se algum de fóra vender dous bragaes não pague portagem; mas por um troixo pague um soldo. D'uma raposa um dinheiro,—e d'uma duzia dous dinheiros;—d'uma saia um dinheiro;—de uma capa dous dinheiros; — d'um manto dous dinheiros;—d'uma corda de panno dous dinheiros;—e de um capuz de fustão dous dinheiros. Aquelle que plantar vinha fóra do muro n'aquelles logares que lhe der o meirinho, pagará a quarta parte do vinho no celleiro da sé do Porto, de quanto se trabalhar na vinha depois que fôr plantada, e não se pague senão o dizimo pela sua alma até que a vinha pro-

duza vinho. Qualquer que arrotear montes ou valles, pague a quarta parte, e fique senhor perpetuamente; e qualquer que não satisfizer a portagem, incorra na inimisade do bispo, e pague o duplo. De macho carregado dous dinheiros; — e de poldro um dinheiro. — Fazemos esta carta para que Deus Omnipotente conceda á senhora D. Thereza nossa rainha a remissão de todos os peccados, e lhe dê a vida eterna, e a seus parentes, e amigos, e a nós conceda misericordia. Amen. Qualquer que de proposito destruir esta nossa carta de constituição, e depois de tres admoestações recusar cumpril-a, primeiro de tudo incorra na ira de Deus, e tenha parte com Judas traidor, e tudo o que tentar seja de nenhum effeito, e a carta fique sempre firme. Feita e dada esta carta aos 2 de julho do anno de 1123. Eu, Hugo, bispo do Porto, confirmo.»

O foral do Porto, com quanto D. Hugo diga aos seus burguezes que lhes dá tão bons foros como os de S. Facundo, de certo não seriam melhores; basta notar que as justiças e o meirinho eram nomeação do bis-

po e creatura sua, e não de eleição popular; assim, os nomeados, para conservação dos seus empregos, haviam de ser muito submissos aos bispos, e em tudo obedecer-lhe cegamente; porque o governo clerical ainda hia além da lei escripta, querendo restringir a liberdade pessoal, mesmo n'aquillo que a consciencia convidava a ser livre, e escolher.

A cidade do Porto hia crescendo em população, commercio e industria, e hia com os seus officios formando as ligas populares, que tão celebres se tornaram em Hespanha com o nome de *Irmandades;* e n'este tempo já poderosas em Galliza, combateram com vantagem, e com armas na mão, contra o astuto Gelmires; como tambem antes d'um seculo combateram no Porto com os seus bispos.

A privança que a rainha D. Thereza dava a Fernando Peres de Trava, affastando dos negocios publicos seu filho o infante D. Affonso, e a outros senhores feudaes distinctos, causava grande descontentamento; o numero dos descontentes hia crescendo,

começando a formar-se uma vasta conspiração contra D. Thereza. Os conspiradores mais perigosos pelo seu poderio eram o arcebispo de Braga D. Paio, e os seus numerosos parentes, os senhores da Maia, com toda a sua grande clientella; os Monizes, e outros muitos. D. Affonso Henriques, no anno de 1125, chegou á idade varonil de 14 annos, e n'esse anno os conspiradores reunidos, com o arcebispo á sua frente, conduziram o infante á cidade de Zamora, que pelas divisões e tractados anteriores pertencia ao condado portucalense; ahi, afastado da côrte, e acompanhado de muitos nobres, e do arcebispo de Braga D. Paio, no dia de Pentecostes do anno de 1125, D. Affonso Henriques, tirando do altar do Salvador, por suas proprias mãos, as insignias cavalleirescas, como pouco antes seu primo D. Affonso VII fizera, se armou cavalleiro, e junto do altar vestiu a loriga, e cingiu o cinto militar, segundo o costume dos reis godos.

D. Thereza soube da conspiração, e teve preso D. Paio algum tempo antes, mas uma

bulla do papa ao arcebispo de Compostella o fez soltar, e continuou a seguir a côrte.

No anno de 1127 a revolução estava declarada e patente; mas a invasão de D. Affonso VII ás terras de Entre-Douro e Minho veio impedil-a, adiando-a para o anno seguinte. A marcha do rei de Leão foi rapida e victoriosa, e o infante, com grande numero de revoltosos, se viu em Guimarães cercado por seu primo, que pouco se importava que reinasse elle, ou D. Thereza sua mãe; mas o que queria, era que lhe reconhecessem vassalagem, e a sua auctoridade suprema.

Os cavalleiros e senhores feudaes, cercados em Guimarães, declararam, em nome de D. Affonso Henriques, que elle se consideraria futuro vassallo do rei de Leão, e hiria ás suas côrtes. O rei de Leão acceitou o juramento de todos; mas ficando por fiador d'elle o homem mais emminente, o fidalgo mais poderoso, e o mais leal cavalleiro conhecido n'esta época, o honrado Egas Moniz, aio do infante. O rei de Leão levantou o cêrco, e reduzida D. Thereza á obediencia, retirou-se para Galliza.

Governava, no anno de 1128, o districto do Porto, D. Fernando Peres de Trava, e seu irmão o de Vizeu; D. Thereza, separada de seu filho, estava com D. Fernando na côrte de Leão. D. Affonso Henriques, com muitos outros conjurados, dirigiu-se á provincia d'Entre-Douro e Minho, aonde estava o fóco da revolução, que começou em Braga, secundada pelo arcebispo D. Paio, e se estendeu pelas terras da Maia, aonde governava seu irmão D. Sueiro Mendes, denominado o *Grosso,* sendo coadjuvado o movimento por Ermigio Moniz nas terras de Riba Douro, e por Sancho Nunes Barbosa, que foi seu cunhado; desenvolveu-se a revolta pelo condado de Refojos do Lima, e mais terras dos partidarios do infante, e em Guimarães, aonde se hiam reunindo as forças.

Tres mezes depois deu-se a batalha de S. Mamede, tão fatal a D. Thereza e a D. Fernando, que foram vencidos, e desbaratado o seu exercito: a rainha, e D. Fernando, feitos prisioneiros, foram depois expulsos para Galliza.

D. Affonso Henriques ficou senhor de

todo o condado portucalense; D. Hugo, que fôra partidario da rainha, e amigo do conde D. Fernando, já no anno de 1130 estava congraçado com D. Affonso Henriques, que lhe fez amplas doações, como o couto e egreja de Meinedo, o couto de S. Pedro da Cova, e a egreja de Trisouras.

O bispo D. Hugo engrandeceu muito o bispado do Porto: logo nos principios do seu pontificado o papa Pascoal II expediu uma bullá, determinando que o arcebispado de Braga restituisse ao bispado do Porto muitas egrejas e mosteiros que lhe usurpára, quando o bispado estivera sufraganeo d'aquella só; e isentou-o da sugeição ao metropolitano de Braga, fazendo-o immediato a si, e ao seu legado *à latere*. Fez tambem D. Hugo uma composição com D. Gonçalo, bispo de Coimbra, sobre as egrejas d'Além-Douro, e Villa da Feira, promettendo ambos não mais se molestarem um ao outro; e outra composição com o mosteiro de Leça, sobre o jantar que o mosteiro tinha obrigação de lhe dar todos os annos, composição cujo theor é o seguinte, em portuguez: «Seguindo a aucto-

ridade e exemplo dos santos padres, aquillo que queremos seja firme e duradouro; o corroborâmos com firmeza de escriptura publica; portanto, eu, Hugo, pela graça de Deus, bispo do Porto, pela presente escriptura, dou-o, e largo a vós, Martinho, e a vossos successores, o jantar sómente que o mosteiro tinha obrigação de dar todos os annos ao bispo do Porto, e á sua egreja, para que mais o não peça eu, nem os meus successores, e pelo qual jantar recebemos de vós estas herdades do mesmo mosteiro, a saber: Um casal em Valbom, com todas as suas pertenças, o qual foi do mouro Osoris, e de Pelayo Paes, e outro em Gondomar, que foi do mesmo mouro, e de Pelayo, com tudo o que ahi tem o mosteiro, e em Sunaes quatro casaes, com tudo o que ahi tem o mosteiro, para que de hoje em diante os tenhamos, e possuamos, eu, e os meus successores, por aquelle jantar que o dito mosteiro era obrigado a dar: e se estas herdades nos forem calumniadas, D. Martinho, servo dos pobres, ou seus successores, nol-as auctorisarão, e defenderão, e se as não poderem auctorisar, e defender, nos res-

tituirão outras herdades iguaes, e equivalentes a estas, ou a perda que d'ahi recebermos. E se eu ou os meus successores nos arrependermos, e pedirmos o dito jantar, o perderemos para sempre. E se vós, ou vossos successores vos arrependerdes, e pedirdes as vossas herdades, as pagareis em dobro para sempre. Foi feita esta carta na era de 1160, anno de 1122, aos 28 de julho. Testemunhas presentes: Pedro, Soares, e Gonçalo. Hugo, bispo do Porto, com o cabido e conegos da egreja do Porto, confirma. D. Martinho, com o cabido de seus irmãos, confirma. Affonso, princepe, confirma.»

Tambem fez igual composição com Armirigo, prior de Aguas Santas; o seu theor é o seguinte, em portuguez:

«Concordia que fizeram por esta escriptura, Hugo, bispo do Porto, e Armirigo, prior, e clerigos de Santa Maria de Aguas Santas, pelo apparato, que commumente se chama jantar, convém a saber: que o bispo receba por esse jantar toda aquella terra, que tinha a egreja de Santa Maria, na villa que se chama Paramos, assim em reguengo, como em

ganancia; e além d'isso seis bragaes em cada anno: e pareceu bem ao bispo, e prior, e clerigos, que esta concordia ficasse para sempre firme, e se não acabasse. Foi feita esta carta na era de 1168, anno de 1130, aos 22 de fevereiro. Os que estiveram presentes — Vermudo, testemunha. Pelagio, testemunha. Odario, testemunha.»

Ha memorias do bispo D. Hugo até o anno de 1136, em que falleceu. Era homem instruido, e foi um dos escriptores da historia Compostellana, que se póde considerar uma das fontes historicas para a nossa historia patria no principio da monarchia. Foi intimo confidente, e leal secretario do astuto Gelmires, sendo provavel que não deixasse de seguir os conselhos e practicas de tal mestre. Engrandeceu o bispado portuense, pelas muitas doações que lhe fez, pondo em boa ordem os seus proventos e rendas; organisando o governo clerical no Porto, e recebendo de D. Thereza o governo feudal da cidade e os seus paços; tornou o bispado do Porto um dos mais ricos e poderosos do reino, e tanto que os seus bispos, mais tarde, lu-

ctaram com vantagem com os reis, e com os burguezes do Porto, usando das armas da egreja, n'essa epoca temiveis, o *interdicto*, e a *excommunhão*.

D. Hugo viveu na sé com os seus conegos, segundo a regra e instituto dos conegos regrantes de Santo Agostinho.

Succedeu no bispado do Porto D. João Peculialis, francez de nação, e um dos fundadores de Santa Cruz de Coimbra, com o arcediago D. Tello, e que pelos seus merecimentos fôra nomeado mestre-escola. D. João Peculialis veio a pedido do abbade de Grijó para a reforma d'este mosteiro, e a elle chegou, trazendo em sua companhia seu sobrinho D. Pedro Rabaldis, em novembro de 1135, demorando-se alli pouco mais de um anno; sendo, porém, nomeado canonicamente bispo do Porto, e sagrado, nomeou a seu sobrinho D. Pedro arcediago da mesma sé. O infante D. Affonso confirmou-lhe as doações que sua mãe fizera á egreja, e ampliou o couto, como consta do seguinte documento:

«Em nome de Nosso Senhor Jesus Christo — Eu, o infante Affonso, filho do conde Hen-

rique e da rainha D. Thereza, e neto do rei Affonso o Magno, e por vontade de Deus princepe de todo o Portugal; dou-o, e amplio a vós, João, bispo do Porto, e a todos os vossos successores, aquelle couto, que minha mãe fez á egreja da sé de Santa Maria do Porto; sendo os limites do mesmo couto:— Pela Lueda até á fonte de Conairo, e d'ahi á arca Samigosa, e d'ahi á Mamoá Pedrosa, e d'ahi ás Penhas de Regueira, e d'ahi á Mamoa furada; e d'ahi á Sertagem, ou Serta, e d'ahi aos Sobreiros Munidos, e á Portella do Arrabalde, e assim como se divide pelo couto de Cedofeita, e d'ahi ao Monte dos Captivos, e d'ahi, seguindo a divisão de Cedofeita com Germalde, e a seguir pela cortinha de Frades, e d'ahi ao canal maior, assim como vai correndo para o Douro. Digo que confirmo, e amplio o sobredito couto pelos referidos limites assim a vós, mencionado bispo, como a vossos successores para remedio da minha alma, e de meus paes, e pelo desejo de participar da patria celeste. Assim tenhaes vós, e todos os vossos successores, firmemente, e *in perpetum*, o mesmo couto firmis-

simo, inviolavel, e inteiro por todos os seculos. Se alguma pessoa, assim clerigo como leigo, tentar romper, ou invadir a ampliação d'este firmissimo couto, pagará a vós, e a vossos successores, seis mil soldos de boa moeda, e o que for julgado, e este meu facto haja sempre de ter firmeza. Feita esta carta de ampliação e firmeza no mez de maio da era de 1176, anno de 1138. Eu, o princepe Affonso, que dou esta carta de firmeza a vós, João, bispo do Porto, e a vossos successores, a mandei fazer, e com a minha propria mão a confirmo, e as testemunhas presentes — Egas, mordomo, confirmo. Garcia Mendes, alferes, confirmo. Fernando Pedro, confirmo. Lourenço, testemunha. Sancho, testemunha. Pedro, notario.»

Esta ampliação do couto do Porto foi feita no anno seguinte ao tratado de paz de Tuy com D. Affonso VII de Leão, pelos bons serviços que o bispo do Porto, e o arcebispo de Braga, fizeram a D. Affonso Henriques, durante a crise em que se achou depois da perda do castello de Leiria. Governou o bispo D. João o bispado apenas dous annos; e

10

foi transferido para o arcebispado de Braga, succedendo ao arcebispo D. Paio, por então fallecido.

Succedeu na sé do Porto seu sobrinho D. Pedro Rabaldis, que era arcediago no tempo de seu tio, que o sagrou bispo, e aos tres que se seguiram, e a sua sagração foi no anno de 1138. D. Affonso Henriques confirmou a este bispo, e aos seus successores, o couto de Crestume, que a rainha D. Thereza havia dado ao bispo D. Hugo. A pedido de seu tio o arcebispo de Braga, deu D. Affonso Henriques a este bispo a herdade e casal de Loris. Doou o mesmo D. Affonso Henriques á sé do Porto, e ao seu bispo D. Pedro, em terra de Santa Maria, o couto e mosteiro de S. João de Valerio (S. João de Ver) com todos os seus passaes, fóros, e rendas, e tem a doação a data do anno de 1141. N'este mesmo anno concedeu D. Affonso Henriques metade da dizima de todas as barcas que viessem das partes de França, ao bispo e cabido, mediante a indemnisação de cem maravedis d'ouro.

No governo d'este bispo, anno de 1144, aconteceu entrar no Porto, ou acossada pelos

temporaes, ou por qualquer outro motivo, uma frota franceza de setenta vellas, e ancorou no porto de Gaya dentro do rio Douro. Navegavam para a terra Santa em soccorro dos seus correligionarios. D. Affonso Henriques soube, em Trancoso, aonde desbaratára os mouros, esta noticia; veio ao Porto e conferenciou com os chefes. A frota levantou ferro, e descendo ao longo da costa, entrou na bahia do Tejo, em quanto D. Affonso Henriques, com um exercito, talava os campos visinhos de Lisboa. O bispo D. Pedro I falleceu em junho do anno de 1145, um anno depois.

Succedeu no bispado do Porto D. Pedro Pitoes, o segundo no nome, e foi sagrado pelo arcebispo D. João no anno de 1146. Soares Gonçalves, sacerdote, doou a este bispo a parte que tinha na egreja de Villar de Andorinha, e o mesmo fez Gutizuindo Dias. Fez tambem este bispo uma composição com o commendador e freires do mosteiro de Fonte Arcada, que naquelle tempo era da ordem dos Templarios, e hoje extincta commenda de Christo, sobre o jantar, que o prior e freires eram obrigados a dar ao bispo, quando este fosse

pessoalmente visitar a egreja e mosteiro. A este bispo fez D. Affonso Henriques couto da herdade de Loris, que havia dado ao seu antecessor; e na qual assigna a rainha D. Mafalda sua esposa, e tem a data do anno de 1152; porque n'este anno acceitou a doação do padroado da egreja de Fundale: d'aqui em diante faltam as suas memorias, exceptuando algumas duvidosas, que desapparecem do anno de 1160 a 1162, quando se suppõe morrêra: instituiu, e deixou por sua alma um anniversario aos 18 de setembro, para satisfação do qual deixou um maravedi d'ouro imposto em S. Pedro da Cova.

Succedeu no bispado do Porto D. Pedro Senior, III do nome, e tambem foi sagrado pelo arcebispo de Braga D. João. No seu pontificado recebeu varias doações particulares de egrejas e casaes, e em sua vida fez carta de doação e testamento da sua herdade de Campanhã aos conegos, para sufragios no dia do seu anniversario e do dos mais bispos. No anno de 1169 assistiu com D. João, arcebispo de Braga, D. Mendo, bispo de Lamego, e D. Gonçalo, bispo de Vizeu, á

sagração da egreja de S. João de Tarouca, da ordem de S. Bernardo. Deixou tambem um maravedi d'ouro, imposto na egreja de Santa Maria de Ulvar, (Ul) para o seu anniversario, que se celebra no fim de agosto, dia em que falleceu, no anno de 1174.

D. Fernando Martins foi nomeado bispo, e sagrado pelo mesmo arcebispo D. João: era elle conego regrante do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, donde veio para o bispado do Porto. Algumas memorias do seu pontificado estão escriptas no *Censual*.

A composição com o prior de S. João de Tarouca, sobre o que a granja e a egreja de Santa Maria de Oliveira, no concelho de Penagião, haviam de pagar ao seu bispado, tem a data do anno de 1179, ainda no reinado de D. Affonso Henriques; mas já era arcebispo de Braga D. Gudino. N'este mesmo anno fez composição com o arcebispo de S. Thiago, sobre os votos que devia o bispado á egreja de Compostella, e por esta causa estava a sé do Porto interdita, o bispo e o cabido; e concordaram que o bispo e cabido pagassem trinta florins por anno ao dito ar-

cebispado, entregues em Tuy: o que foi depois confirmado pelos papas Innocencio III, e Honorio III. No mesmo *Censual* se menciona o testemunho do prior de Cedofeita, D. Nuno, sobre a apresentação da egreja de Villar de Andorinho, e o seu depoimento, em portuguez, diz:

«D. Nuno, prelado de Cedofeita, testemunha, á qual se deu o juramento, e perguntado, disse — que viu, e ouviu, que um clerigo, filho de Andorinho, tinha a egreja de Villar, e a tivera pela sé do Porto, como por padroeiro, conforme ouviu, e foi collado n'ella pelo bispo D. Fernando, conforme tinha ouvido, e era fama publica. Disse mais que viu ao dito clerigo dar obediencia, e servir ao bispo e conegos, como padroeiro; e o bispo D. Fernando, e os conegos diziam que tinham a quarta parte da egreja, e isto commumente diziam todos. Disse mais D. Nuno que ouviu dizer n'aquelle tempo, que Andorinho tinha muita parte no padroado da egreja de Villar, e deu tudo quanto tinha á sé do Porto.»

D'este depoimento se vê que a fregue-

zia de Villar d'Andorinho tomou o nome da vivenda, e nome d'este padroeiro, como muitas outras terras. Fez elle o seu testamento, que o raçoeiro João da Guarda escreveu, como muitos outros documentos, sem data. Deixa á egreja do Porto os casaes que tem, em Alafões, e Mourel; o maior anel que tem com uma safira; tres pentes de marfim; quatorze covados de panno de linho, que lhe havia dado a mulher de D. Vasco. Deixa muitos mouros e mouras a conegos de Braga. Esmola a gafarias. Deixa um rocim ao erimitão de Vandoma, e repartiu todos os seus bens em legados e obrigações pias, segundo n'aquelle tempo era costume. Morreu aos onze de novembro, e em Santa Cruz se lhe fazia um anniversario, e no mosteiro da Serra outro. Morreu no anno de 1185; D. Affonso Henriques ainda vivia, mas tambem morreu n'esse anno em Coimbra.

Este mesmo rei tambem fez doação á collegiada de Cedofeita, no anno de 1148, e traduzida em portuguez, diz assim:

«Eu, Affonso, rei de Portugal, com a rainha D. Mafalda, minha esposa, doâmos á

collegiada ou mosteiro de Cedofeita e ao abbade, todas as herdades proximas á mesma egreja, e que confinam com a egreja do Porto, pelo lado que se chama Monchique, por Germalde, pelo monte do Captivo, por Paranhos, assim como estas terras correm ao Douro, e todas estas herdades, e todo este territorio dentro dos limites notados o fazemos couto *in perpetuum* com todos os seus proventos e pertenças, para a egreja de Cedófeita possuir; tudo em honra da bemaventurada Maria Virgem, e do bemaventurado S. Martinho, bispo de Tours, cujas santas reliquias se conservam n'este mosteiro, tudo para remedio de nossas almas, e remissão de nossos peccados. Ninguem, tanto dos nossos como dos estranhos, poderá quebrar esta carta de doação. Se porém algum tentar romper esta carta de doação, e devassar este couto, primeiro que tudo, seja apartado para todo sempre da communhão do Santissimo Corpo de Christo. Eu, Affonso, e minha esposa a rainha, mandámos escrever esta carta para memoria dos presentes e futuros, e na presença das testemunhas firmâmos e ro-

borâmos. Feita em Coimbra na era milerima centesima octogesima sexta anno de 1148 no mez de julho.»

Nos *Monumenta Historica* da Academia, *Leges et Consuetudines*, vol. 2.º, pag. 627, que diz respeito ao anno de 1237, vem escripto o foral rudimental que o prelado de Cedofeita D. Nuno deu aos seus foreiros: a sua traducção é a seguinte:

«Para conhecimento de quantos virem (paginam) a apresente carta de foral: Eu, Nuno Soares, prelado da egreja de S. Martinho de Cedofeita, e os conegos da mesma egreja, damos, e concedemos ás terras da egreja de Cedofeita, a todos, quer pescadores, ou quaesquer homens, que quizerem aqui edificar casas, ou quintaes (quairellas) dentro d'estes limites, a começar no rio Douro no porto de Crastello, e pelo caminho que vai por cima da casa de Lourenço Boi, e d'ahi pela vinha de Marco Garcia, e toca em Carrazedello, debaixo d'este foro: os pescadores que ahi vierem habitar de cada fogo pagarão annualmente um soldo da moeda do Porto, e um savel de cada barco á egreja de

Cedofeita, quando os caçarem por meio de abril. Pagarão foro das primeiras lampreias, (et piscibus regalis) peixes reaes, como costumam pagar á mesma egreja, e cada um d'elles fará uma viagem no rio Douro, sustentando-os a egreja, e aquelles que não forem pescadores, de cada fogo pagarão annualmente um soldo, e um capão, pelo S. Miguel. Se n'estas terras habitar algum caseiro, que tenha burro, que possa fazer caminho, fará com elle dous caminhos por anno ás terras da mesma egreja, que lhes dará sustento. Se algum dos moradores commetter homicidio, ou calumnia, a pagará pelo foro da cidade do Porto, assim como portatico. Se o meirinho do couto d'esta egreja quizer penhorar alguem, o pinhore, segundo o foro da cidade do Porto. Se algum homem de fóra vier a este porto com barco, e alli ancorar, pagará tres dinheiros ao meirinho do couto, e se ahi vender pescado, dará um peixe do pescado que vender. Damos, e concedemos, dentro dos limites marcados a todos os povoadores, e aos que lhe succederem, o que possuirem *jure perpetuo*. Se algum d'estes po-

voadores quizer vender a sua herdade, a poderá vender ou doar a quem continue com o mesmo foro, sem que da venda resulte prejuizo á egreja. E se alguem, tanto da egreja como dos moradores, quizer quebrar este novo foral, pague em duplicado ao queixoso todo o damno, e as bemfeitorias, e além d'isso duzentos aureos. Nós, acima dito, Nuno, prior de Cedofeita, e conegos da mesma egreja, mandámos escrever esta carta na presença de testemunhas idoneas, e por nossas proprias mãos roborâmos; e para que o presente foral tenha força e valor, vai sellado com o sello do prior e convento. Feita esta carta no mez de setembro era de 1275, e anno de 1237.»

O conego e cartorario de Cedofeita passou no anno de 1849 uma certidão dos limites do antigo couto, e o seu theor é o seguinte:

«Manoel Francisco Gregoire, conego, e parocho da santa egreja, collegiada insigne de S. Martinho de Cedofeita, apegador geral da mesma, para as renovações dos prazos, e cartorario da Meza Prioral, pelo Exm.° Snr.

D. Prior da mesma, D. Francisco de Portugal Corrêa de Lacerda, certifico, que dos livros respectivos d'esta freguezia, os seus limites primarios, antes da ultima divisão de freguezias, e na sua origem, e com que freguezias partiam esses limites, são os seguintes: —Começando no fim da rua da Rainha, aonde tem um marco, e corre pelo Monte Pedral até ao Carvalhido, rua hoje da Nataria, tudo da parte do norte, e confronta com Paranhos; do Carvalhido para a rua da Carcereira até á Cova do Monte, fim da quinta do Wanzeler, tudo é lado do poente, ou mar, parte com Ramalde, indo do mesmo lado fazendo uma curva até antes da propriedade do Jalabert, a uma casa terrea, que está na estrada á esquerda, indo para Lordello, é tudo de Cedofeita, e d'ahi seguindo até chegar ao rio Douro, parte com Lordello, sendo tudo lado do poente. O rio Douro fica sendo sul d'esta confrontação até ao começo e Calçada de Monchique, que é tudo de Cedofeita, e subindo por esta até a rua dos Carrancas, lado esquerdo, é de Cedofeita, e parte com Miragaia, e d'aqui continuando até o adro dos

Enforcados, é de Cedofeita, e parte com Santo Ildefonso, contendo dentro d'esta demarcação a quinta da Bandeirinha, convento de Monchique, e todas as mais propriedades; e seguindo a rua do Paço, lado esquerdo até á cerca dos frades do Carmo (dentro d'ella) por que o lado direito é de Santo Ildefonso, é de Cedofeita, e d'ahi pela travessa do Carregal a topar no cunhal do hospital do Carmo, e onde está o marco divisorio, vindo conforme a configuração da praça dos Ferradores, é tudo de Cedofeita, e confronta com Santo Ildefonso, e vindo até o cunhal da casa do Visconde de Balsemão, lado esquerdo, e em volta do muro até á rua das Oliveiras, e d'esta pela rua da Sovella até o Campo de Santo Ovidio, tudo lado esquerdo, rua da Lapa, que em razão do Quartel, antes era de Germalde, e d'ahi pela rua da Rainha, lado esquerdo, ou poente, é de Cedofeita, até topar com Paranhos, sendo o lado direito de Santo Ildefonso; esta é a divisão primaria na sua origem, com as confrontações n'esta especificadas, sem que houvesse alteração alguma, só em 1500 e tantos foi erecta a egreja da Boa Via-

gem para commodidade dos povos, que para aquelle lado moravam, sem alterar as confrontações, ficando sendo filial da Matriz de Cedofeita, o que tudo por ser verdade passei esta. Cedofeita, quinze de junho de 1849. O conego, Manoel Francisco Gregoire.»

A doação de D. Affonso Henriques á collegiada de Cedofeita, escripta em latim assás polido para epocha do seu reinado, traduzi-a em vulgar, e é cópia tirada d'uma publica-fórma, que existe no Governo Civil do Porto, no livro do registo das doações régias, e donatarios da coroa, e supponho-a apocripha, e forjada talvez pelo insigne Louzada ([5]). A doação, que dizem ser do rei suevo Theodomiro, supponho-a da mesma lavra; porque as primeiras doações que existem nos nossos chartularios começam no meado do oitavo seculo; e a primeira é a que já citei n'este livro, feita á egreja de S. João da Madeira. Não assim o foral que o prior de Cedofeita D. Nuno deu aos moradores do couto, e foi publicada pela Academia.

Esta parochia é coeva com a sé do Porto, do tempo dos suevos; é incontestavel a

antiguidade da egreja de Cedofeita, os seus foros e regalias pertencem-lhe por posse immorial, mas não por documentos apocriphos, que os seus passados forjaram. Do foral que D. Nuno, e os conegos, deram aos habitantes de Cedofeita, se vê que era um conselho rudimental, independente do burgo do Porto, mas no crime (calumnia) no portatico, e no processo seguia o foro da cidade do Porto. Estes dous burgos, amigos da infancia, já no governo dos primeiros reis estavam abraçados e unidos estreitamente como irmãos gemeos; mas o Porto teve o direito de progenitura; e todos os elementos de prosperidade, e como maior obsorveu o outro. N'aquella epocha já a sua navegação e o seu commercio eram o primeiro e mais avultado do reino de Portugal. Ainda que Lisboa tinha sido tomada por D. Affonso Henriques no anno de 1147; por morte d'este soberano as fronteiras dos mouros eram no Alemtejo, e alli houve continuas guerras; e as frotas dos sarracenos algumas vezes vieram depois hostis ao Tejo; e assim no meio da guerra, e d'estas vicissitudes não podia haver commercio; to-

da a gente se empregava na guerra, e ainda vinham estrangeiros para a ajudar; assim, a bahia do Tejo era magnifica e segura para os navios, que alli entravam; mas para o commercio não havia a segurança nas suas costas, nem população para consumir as mercadorias, em quanto que no Douro havia socego e ordem, e população bastante; por isso n'esta epocha a navegação das armadas procurava Lisboa como porto mais seguro, mas os navios mercantes entravam a barra do Porto, e ancoravam no rio Douro, aonde vendiam as suas mercadorias com segurança, e tambem carregavam os seus navios para os differentes portos de França, Inglaterra, e Flandres.

Os bispos do Porto, quasi todos vindos de mosteiros regulares, ainda viviam segundo a disciplina e humildade christã, pacificamente com os seus vassalos, que amavam como a filhos, e com os seus conegos, em communidade na sé, e segundo a regra de Santo Agostinho viviam como irmãos; por isso com esta harmonia o burgo do Porto crescia em população e riqueza, e os seus filhos,

possuindo navios seus, sahiam pela barra fóra a mercadejar, levando d'aqui os productos indigenas aos portos de Inglaterra, França e Flandres, e trazendo d'alli differentes manufacturas para vender aqui no reino, adquiriam riquezas para si, e com esta prosperidade o Porto crescia, e as rendas dos seus bispos augmentavam; e esta prosperidade crescente do burgo devia causar ciumes e inveja aos reis, e tornar orgulhosos os bispos do Porto: assim succedeu.

A historia antiga do Porto acaba com o seu primeiro rei D. Affonso Henriques, anno de 1185; não poderei escrever a parte complementar, mas ficarão estampados n'este os nomes dos primeiros martyres da primeira revolução popular do Porto em defeza dos seus foros. Os seus nomes não existem por certo nos archivos municipaes, apenas os seus inimigos e verdugos os escreveram para impôr n'elles um castigo exemplar e horroroso. O vingativo e orgulhoso Martinho Rodrigues, bispo do Porto, nas suas queixas á curia de Roma, mencionou os seus nomes, e o papa Innocencio III escreveu-os aos seus

delegados para o mais severo castigo, e d'este modo foram os seus nomes transmittidos a nós, e ficam registados n'esta obra, porque, seguindo o sr. Herculano, a historia é o grande, e indistructivel livro da linhagem popular; e tambem porque n'esta época já viviam os dous energicos tribunos populares, João Alvo, e Pedro, denominado pelo povo do Porto=*O Feudo-tirou*=tirou o feudo, ou vassalagem: sinceramente dedicados á causa popular, e ligados com o rei D. Sancho I, este rei já moribundo e sem energia, teve a desdita e fraqueza de cahir nas mãos dos seus maiores inimigos—o clero, que as consolações extremas que lhe prestou foi apresentar ao seu espirito fraco e abatido a eternidade, e os horrores e as penas do inferno, para melhor explorarem, como exploraram, os seus bens em seu proveito; exaltando a egreja, e abatendo o throno. Os burguezes do Porto foram esmagados, e os cabeças da revolução exterminados até á quinta geração, e as victimas municipaes entregues aos seus verdugos, o seu orgulhoso bispo Martinho Rodrigues, e os seus numerosos parentes, os

senhores de Palmeira; os foros populares foram quebrados, e os burguezes do Porto seus subditos, calcados, e esmagados para muito tempo. Mas o germen da liberdade ficou, e apparece logo depois; e no reinado de D. João I, os populares do Porto deram pela liberdade os seus bens, e o seu sangue, como em nossos dias fizeram já.

NOTAS

(Nota 1—pag. 40)

As fontes historicas para a noticia das primeiras invasões dos celtas, denominados gallos pelos gregos e romanos, á peninsula iberica, estão na *Historia dos celtas*, por Amadeu Thierry; Lafuente, *Historia de Hespanha*, e outros escriptores gregos e romanos, que cito no texto.

O *Itinerario* de Antonino Pio é a ultima edição que cito, a qual não ha Bibliotheca do Porto, e a consultei em Lisboa, aonde a vi.

Da *Tamacanavia* assaz comprovo no texto a sua existencia com o monumento romano, levantado por um empregado da mesma via, monumento modesto aos deuses lares dos povos visinhos; e como não era estrada militar, não vem descripta no *Itinerario*, por isso estudei o seu traçado, e descrevi a via do modo que me pareceu mais racional, e proximo á verdade, pelas rasões que exponho.

As minas de Vallongo e da Serra do Raio, e visinhanças de Souza e do Douro n'esta localidade, eram importantes no tempo dos romanos, e esta via era a mais curta para ir ás thermas de Canavezes, ao paiz do Douro, Traz-os-Montes, e

Beira, a procurar n'aquella provincia a via romana, descripta no *Itinerario*, de Olysipo por Hespanha para Roma; e das minas para o sul, seguia esta estrada em ambas as margens, passando os viandantes o Douro em barcos em Crestumire, e perto da Villa da Feira entroncava na via romana, que por alli passava de Bracara Augusta para Olysipo. Esta classificação porém não foi arbitraria, mas determinada debaixo de certos principios que exponho e desenvolvo n'esta nota.

No tempo dos romanos havia, como em nossos dias, guarnições romanas em differentes localidades, e muito principalmente aonde havia estabelecimentos como estes, que occupavam grande numero d'escravos, que era preciso vigiar; estas guarnições nos altos dos montes formavam, com facilidade, uma circumvalação com trincheira de terra, e se mettiam pela parte de dentro em barracas de colmo, ou qualquer outro resguardo, e estes eram os *castros* d'esta época e os quarteis das tropas. Na invasão dos barbaros foram destruidos, mas no cimo do monte ficou o nome—*Monte do Castro*— e assim no baixo d'estes montes procurei a via, e a cada passo apparece até hoje na estrada com o nome de *Portella*, e aquelle com o de *Castro*, nomes genericos, que para se saber a sua situação geographica se lhe junta o nome local, e assim estudei esta via com trabalho: no concelho de Penafiel apparecem vestigios do seu nome, como adiante d'um monte do Castro, perto de Paço de Sousa, onde está a portella de S. Thomé de *Cannas*, e adiante d'esta freguezia, a de Santo Adrião de —*Canas*— depois, a portella de *Forno de Mouros* (memoria historica d'outra época anterior) e perto da via, segundo o costume romano, se encontram sepulturas d'esta época, cavadas em rocha, e d'ahi a dous kilometros o castro da freguezia de Villa Boa, da parte direita do Tamega, e d'ahi quasi a igual distancia o logar de *Caniva*, e perto *Canavezes*, aonde estão as Caldas; passava adiante o Tamega, e nos alicerces da ponte de Canevezes, que hoje existe, feita por D. Mafalda, se veem vestigios de cimento romano, e alli havia outra

ponte, anterior á que existe, e seguia a estrada até ao Castro de *Thuyas*, na esquerda do Tamega, até onde estudei; e aqui teem apparecido vestigios ceramicos, e restos de povoação de alguma importancia. *Portella* e *portello*, na baixa latinidade, significavam estrada, caminho publico, aonde se havia de passar, e pagar a portagem; como se póde ver em Ducange, e o nosso anticuario Viterbo, II vol. pag. 231, diz—«*Portello*, *portella*, porto, entrada por terra, etc.» e acrescenta—« O Mordomo-mór, que a terra de Gaya trouver rendada ha d'aver as portagens de quanto veher pelo *portello* de Gaya», são pois estas as rasões em que me fundei para descrever no texto o traçado da *Tamacanavia*.

Os documentos historicos da invasão dos barbaros encontram-se nos escriptores coevos, a maior parte na *Hespanha sagrada*, que os conservou dos concilios; e sobretudo no de Lugo, aonde nos dous canones que dizem respeito á sé do Porto, e á de Coimbra, estão os documentos comprovativos para a historia do Porto. Esta cidade é coeva com o governo dos suevos; e estes, como se diz no texto, subjugados pelos godos no tempo de Leovegildo, acabaram pela perda da batalha de Guadalete.

Começam as conquistas pelas reliquias dos godos, e a apparecer os chronicons, que cito do texto, e d'aqui por diante os chartularios, com o seu latim barbaro, principalmente os dos mosteiros do territorio portucalense, anteriores, e alguns, ainda coevos com o reinado do primeiro rei, época em que acaba este volume.

(Nota 2—pag. 43)

Trasladei o texto do salvo-conducto que vae escripto e extrahido, das *Antiguidades curiosas*, publicadas por Abilio Monteiro, e que supponho apocrypho; e apresentei um docu-

mento idoneo, e ainda que não tem relação com a historia do Porto, é só para o leitor ver a formula, e comparando um com outro, conhecer a falsidade d'aquelle. O documento, na época em que foi feito, e por um general arabe, devia ser escripto na lingua d'elle, a unica de que usavam, e como o de Theodomiro, que foi traduzido pelo nosso grande orientalista fr. João de Sousa. A palavra *juego*, que se traduz—*Paz*, *socego*—é dos codices wisigothicos, e jamais empregada pelos arabes. O sobrenome de Abdelariz é imaginario, e nem foram aos patronomicos; e nem este se podia intitular senhor d'uma cidade, que destruira, e estava reduzida a cinzas. Tambem é opposto e contra a tolerancia dos arabes, o dizer missa com as portas fechadas, e não tocar as campainhas, e para que? Se em Cedofeita não havia mouros além dos invasores, e que pouco se demoraram, ao mesmo tempo que para o sul em cidades habitadas por mulsumanos se celebravam os officios divinos com as portas abertas, e publicamente?

Além d'estas, e d'outras incongruencias, que revelam ignorancia, e poucos conhecimentos dos costumes e formulas dos arabes, acresce a data do documento, da era dos christãos 755, Lunar; é um erro crasso, porque os documentos arabes são datados com o mez arabe, e pela Hegira: este documento, a doação de Theodomiro, o seu baptismo na pia baptismal de Cedofeita, a inscripção no frontespicio, não são documentos verdadeiros, porque os primeiros documentos dos nossos cartorios não são anteriores ao meado do oitavo seculo. Tambem a data do salvo-conducto é falsa; 755 corresponde ao anno de 717, e segundo a chronologia dos chefes musulmanos—*Mem. de Lit. Portug.* tom. III pag. 228, o de Abdelariz foi assignado no anno de 716, ao sahir da mesquita, e n'este mesmo anno de 716 já governava Ayub-Ben-Habib.

A igreja de Cedofeita é d'uma veneranda antiguidade, como disse no texto, e passando incolume no pequeno periodo do dominio dos arabes, tem visos de verdade haver algum accordo entre os conegos e os arabes; como no mosteiro de Cet-

te diz a tradição, e como diz Brito de Faianes Soares, que vivia na Eja, territorio anegico, proximo a Entre-os-Rios; mas de tudo isto não ha documento algum historico. O couto de Cedofeita talvez seja mais antigo que o do Porto, ainda do tempo dos reis de Leão, porque D. Thereza e seu filho, demarcando o couto do Porto, já o confrontam com o couto de Cedofeita.

(Nota 3 — pag. 82)

O *Nobiliario*, attribuido ao conde D. Pedro, escripto em differentes épocas, e por diversos, não póde a sua chronologia ser tomada como ponto historico certo; e por isso os que estabeleceram a vinda dos gascões no reinado de D. Ramiro de Leão á cidade do Porto, cahiram em varias contradições, quer fosse no reinado de Ramiro I, Ramiro II, ou do III. Bem que a unica fonte historica que narra a vinda dos gascões ao Porto é o *Nobiliario* do conde D. Pedro, e, como digo no texto, seja um facto historico verdadeiro comprovado por outros muitos factos; comtudo, a vinda dos gascões ao Porto não podia ser no reinado de D. Ramiro de Leão, e começando pelo I, que reinou em Galliza dos annos de 843 a 850.

Não podia ser no reinado do primeiro, porque do reinado d'este ao de D. Affonso V, de Leão, tempos em que viviam os personagens da expedição, medeam 150 annos (pois este rei viveu dos annos 999 a 1028). Ramiro II viveu de 931 a 956, mas n'este periodo estavam as terras do Porto sugeitas aos reis de Leão, e as fronteiras dos mouros alem do Mondego, porque Coimbra ainda era dos christãos. O reinado de D. Ramiro III foi de 967 até ao anno de 984; e tambem não havia rasão para vir a armada dos gascões ao Porto, porque os mouros e christãos occupavam as mesmas posições, que conservaram ainda n'este reinado; foi no reinado de D. Bermu-

do II, anno de 987, que Coimbra cahiu em poder dos musulmanos, assim como Vizeu e Lamego, e estes avançaram até o Douro, aqui se fixaram, e foi este rio a sua linha de defeza. Dez annos depois uma frota serrecena, sahindo d'Alcacer do Sal, entrou a barra do Porto, conduzindo infantaria, e material de guerra, para a expedição de S. Thiago de Compostella, e continuaram ainda depois da morte d'El-Mansur, anno de 1002, porque seu filho ainda depois d'aqui dirigiu algumas expedições para a Galliza até o anno de 1008, e sendo n'este anno desbaratado n'estas terras, morreu pouco depois em Cordova. Foi d'este anno por diante que os christãos respiraram.

Pelas terras do Porto se tinham estabelecido os mouros, e como tudo estava exausto pela guerra, e não haviam nas terras dos senhores feudaes homens d'armas em numero bastante para os expulsar, foram a Gascunha alliciar gente, sendo chefe da expedição D. Muninho Viegas, que veio ao Porto, como diz o *Nobiliario;* mas a sua vinda não podia ser antes do anno de 1009, ou, com mais certeza, 1010, pelas rasões expostas; e tambem pela doação e confirmação de D. Muninho Viegas a D. Rosardo, francez, abbade de Villa Boa do Bispo, que veio na armada, doação feita em 1012; e os dous annos eram precisos para fazer o mosteiro de Villa Boa em cumprimento do voto: designado o anno de 1009 para a vinda da armada do Porto, e o de 1010 para a batalha de Villa Boa, todos os mais successos quadram, e as idades dos differentes personagens, assim como a doação de D. Muninho Viegas, que cita D. Nicolau de Santa Maria, na *Chronica dos conegos regrantes*, com data do anno de 1012.

(Nota 4—pag. 91)

O auctor do *Catalogo dos Bispos do Porto*, e outros chronistas, dizem que D. Nonego, que foi bispo do Porto, e veio com os gascões, era bispo de Vandoma de França—pela muita devoção que tinha a N. Senhora de Vandoma de França, e por trazer, segundo dizem, de sua patria, a imagem de pedra, que em tempos remotos estava sobre a porta de Vandoma, e por edificar a fortaleza de Vandoma sobre a feira de Baltar, e outras memorias d'este bispo, que mostram a sua muita devoção a N. Senhora de Vandoma de França; podia D. Nonego ser bispo em França mas não de Vandoma, que nunca foi séde episcopal: aquella cidade era apenas uma igreja suffraganea do bispo de Esseux. A sua eleição para bispo do Porto, se a houve, por elle ser já bispo, foi feita pelos portuguezes, que vieram na armada, e pelo clero e conegos, alguns dos quaes já o acompanharam de França: mas a eleição de D. Sesnando, irmão de D. Muninho Viegas, pela renuncia de D. Nonego, foi feita por este, pelos conegos, clero do Porto, e povo da cidade; assim como foi em Braga a do arcebispo S. Geraldo, e assim costumavam ser n'esta epocha. A eleição, porém, de D. Hugo foi feita mais tarde pela rainha D. Thereza para lisongear o arcebispo de Compostella D. Diogo Gelmires, porque D. Hugo era o seu valido e confidente, e jamais podia ser escolhido pela cidade do Porto um estrangeiro, que o povo não conhecia, e que nem presbytero era, se a eleição fosse livre e popular: mas esta foi politica. As causas que motivaram esta eleição descreveu-as o nosso historiador Alexandre Herculano no 1 vol. da *Historia de Portugal*. As intrigas e os enredos succedidos no reinado de D. Urraca, a sua politica tortuosa, e o que fez o astuto e machiavelico Gelmi-

res para chegar aos seus fins, póde ver-se nos chronistas hespanhoes, e na *Historia Compostelana*, escripta pelo bispo D. Hugo, por ordem de Gelmires.

(Nota 5—pag. 142)

A doação de D. Affonso Henriques á collegiada de Cedofeita, que vae traduzida no texto, é escripta em latim, e tirada d'uma cópia das doações, e mais titulos dos donatarios da corôa, registada no governo civil, porque os originaes foram para a torre do Tombo; mas antes de remettidos, o dom prior fez extrahir d'elles uma publica-fórma, que existe no governo civil, ou outra tirada d'ella; não se duvída da sua exactidão, apenas a contestação está na genuidade do documento original. Quem examinar este documento, e o comparar com outros da mesma épocha, com quanto em geral todos os documentos escriptos no reinado de D. Thereza e seu filho, especialmente os do Porto (de certo revistos por D. Hugo, historiador d'esta epocha) são descriptos n'um latim bastante regular; mas a doação de Cedofeita por D. Affonso Henriques é d'um latim assás polido, e d'uma syntaxe de concordancia e regencia muito impropria d'aquella épocha; assemelha-se ao latim polido do seculo XVI, escripto pelo bispo Osorio, e admirado em Roma pela sua pureza. As palavras alatinadas *Parreciae* e *Ecoliae* por *Collegiada* não são proprias d'aquella época; e a data—*die viginti Mense Jullii* — é o que desmancha todo o artificio; porque, fallando-se o romano, escrevendo-se, contavam e datavam do mesmo modo pelas kalendas, nonas, e idus, como se vê nos documentos do mesmo rei, e de sua mãe ao bispo D. Hugo, e d'este em varias transações d'esta época.

A doação que a rainha D. Thereza fez ao bispo do Porto D. Hugo, com quanto o original nunca fosse exibido mas só

as copias, de que já se queixavam os delegados regios e o povo do Porto no livro da demanda com a cidade, nos reinados de D. Sancho II, e D. Affonso III; comtudo, não se póde duvidar da sua genuidade. D. Thereza fizera a doação ao bispo para lhe recompensar muitos serviços, que elle lhe prestára nas grandes crises do seu governo. D. Thereza poucos bens patrimoniaes tinha no couto, de que fez ao bispo a doação; porque do mesmo couto haviam muitos bens particulares, e os bispos já possuiam alguns desde o tempo do bispo D. Sesnando, e na demarcação do mesmo couto se fez menção do paço de Garcia Gonçalves, e até o concelho possuia alguns, que mais tarde cedeu á igreja do Porto por escambo em de 11 de junho de 1331; e a mercê que a rainha D. Thereza fez ao bispo D. Hugo, e á igreja, dizia respeito á jurisdição dentro dos limites que marcou, mas jurisdição rendosa segundo a jurisprudencia feudal; porque os bispos, nomeando juizes, officiaes, e mais empregados, tinham a pensão annual, que estes pagavam, as coimas, e as penas pelos delictos, de que lhes tocava parte; os padrões de medidas, e pezos para afferir e repesar; e a fogaça, ou um soldo de cada casa, e a jurisdicção civel e crime.

Os limites do couto, e os pontos d'elle marcados no reinado de D. Affonso IV, eram contestados e obscuros. N'uma inquirição feita n'este reinado a requerimento do bispo e cabido, para mostrarem que não tinham excedido os limites do couto, houve testemunhas que depozeram que o bispo D. Julião, á força de censuras, fizera chamar ao Rio Frio, que corre em Miragaya, o Canal maior, sendo o Canal maior o Rio da Villa; este depoimento era falso e calumnioso, porque 90 annos antes, nas inquirições geraes do sr. D. Affonso III, testemunhas concordes, e de Miragaya, affirmaram ser o Rio Frio em Miragaya, e confrontando por aquelle lado com Cedofeita.

(NOTA FINAL)

Comquanto o dominio dos mouros no Porto fosse pouco estavel e duradouro, houve n'esta cidade, em tempos muito antigos, estabelecimento de banhos publicos, cuja instituição só a elles se póde attribuir. Em que tempo porém permaneceram os mouros no Porto, e se estabeleceram os banhos? Não foi na sua primeira invasão, nos principios do VIII seculo, quando com Abdelazis invadiram esta cidade, e a destruiram, porque retiraram logo, e passados 30 annos já as fronteiras dos christãos eram o rio Douro, e nas suas invasões passaram muito além; em 920 já aqui estavam os christãos e defenderam um cerco, e em 921 foi o Porto inteiramente destruido e incendiado por Abderrahaman, que retirou logo; e em 922 D. Ordonho, e os leonezes, estavam senhores do Porto, e d'estas terras; e continuaram até que em poder dos mouros cahiram Lamego, Vizeu, e Coimbra, no anno de 987, e é provavel aqui se estabelecessem; pois já no anno de 997 entrou no Porto a frota arabe com infanteria e material para a expedição de S. Thiago, como n'um porto do seu dominio. É pois provavel que no decurso dos 22 annos, que decorreram até 1009, quando veio ao Douro a frota dos gascões, estabelecessem os banhos, porque tiveram com aquelles rijas pelejas no Porto, o que prova serem numerosos, e haverem estabelecido os banhos indispensaveis para os arabes. Um documento posterior, do anno de 1331, nos dá alguma luz sobre este estabelecimento, do qual em nossos dias apenas havia com este nome a *rua dos banhos*, e o *postigo dos banhos;* é o accôrdo que houve entre o concelho e o bispo; obrigando-se aquelle a edificar a casa dos banhos com as suas caldeiras, e todos os mais pertences, no sitio da *Munhota*, ou no rocio abaixo da *Cividade*, devendo ser metade das despezas feitas pelo bispo, e metade pelos rendimentos. A rua da Munhota era uma es-

treita e tortuosa rua que vinha á Ferraria debaixo, e se chamou assim até o seculo XVI, e d'ahi por diante se chamou *rua do Forno velho de cima.*

D'uma inquirição, porém, de agosto do anno de 1339, consta estarem os banhos na Ribeira, no sitio aonde se conservaram até nossos dias os nomes da rua dos banhos, e postigo dos banhos, que de certo tinham este nome por ahi se darem. A localidade dos banhos devia ser na Munhota, segundo o acôrdo, ou no rocio abaixo da Cividade. Aonde era a Cividade? ou que era a Cividade? A palavra *civitas*, na baixa latinidade, applicava-se no tempo dos godos ao logar aonde era o foral do concelho, e aonde vinham responder a juizo os demandados e os criminosos, e ordinariamente aonde residia o conde, e comprehendia um grande trato de terra com o mesmo governo civil e militar; veja-se Viterbo na palavra—Cidade I, vol. 1.º, pag. 275 (edição 1798) tal era a cidade de Anegia, perto d'Entre os Rios, cabeça d'um condado n'esse tempo, e cujo territorio, partindo do caes e surgidouro de Crestume, chegava a Arouca, e passando ao norte do Douro pelos actuaes concelhos do Marco, Penafiel, Paredes, hia fechar no mesmo ponto de partida, e se denominava este grande trato de terra *territorio anegico.*

Mais tarde porém a palavra *cidade* (*civitas*), cividade, tinha nos principios da monarchia uma significação mais lata. (Ibi. Cidade III). Assim, o logar no Porto com o nome de cividade, ainda que não se saiba aonde fosse, presumo seria dentro dos estreitos limites da cidade antiga, sem passar muito acima do largo de S. Domingos. Este antiquissimo nome de *cividade* attinge a sua primeira construcção do tempo dos suevos, e da conquista de Leovegindo, que no VI seculo veio a estas terras e as conquistou aos suevos; e n'esses remotos tempos ao local aonde se administrava a justiça se chamava o logar de Civitá, ou Cividade.

Quando escrevi as *Antiguidades do Porto*, descrevi algumas memorias rudes e toscas, denominando-as *celticas*, ditas *cyclopenses* da idade da pedra, e attribui-as, assim como muitos escriptores distinctos, taes como Amadeu Thyerri, historiador dos celtas, a estes povos, os quaes, segundo os calculos de Freret, 1600 a 1800 antes da nossa era habitavam as margens do Garonna em França.

Estudos posteriores, e investigações geologicas de sabios allemães, inglezes, e francezes attribuem, com bons fundamentos, e classificam estas memorias rudes e toscas, da primitiva idade da pedra, a povos de raça amarella, que antes da invasão dos celtas occuparam estas terras; porque ninguem suppunha existir na Europa, especialmente no sul, vestigios de raça amarella, (mongolica), e suas congeneres: esta opinião, geralmente recebida, ainda ha poucos annos foi contestada por alguns sabios do norte, como Wormsaae, que Gobineau cita na sua obra — *Sur l'inegalité des races humaines* — N'esta obra verão os leitores, com bons argumentos, que os autocthomes da peninsula iberica não foram os iberos, ou celtas, mas povos anteriores, e da idade da pedra propriamente dita, á qual não pertenciam os celtas, raça branca, e mais illustrada, que os mais habeis archeologos collocam na idade do bronze, e do ferro; e tambem porque estas memorias cyclopenses se estendem do sul da Europa ao norte pela Dinamarca, sul da Suecia, Russia, e atravessam o Oural pela alta Siberia, e passando o estreito de Behring entram nos prados e florestas da America do Norte e vão ás margens do Missisipi superior, ou talvez um pouco mais abaixo; e na maior parte d'estas terras não habitaram os celtas. Póde pois concluir-se, que estas memorias, que contam não menos de tres mil annos de existencia, ou mais, pertenceram a povos differentes dos celtas, e que antes d'elles habitaram a peninsula iberica.

A navegação no rio Douro no tempo dos romanos, segundo escreve Strabão no livr. III pag. 153, edição de Paris anno de 1620, fazia-se pela seguinte forma: «Magnisque per eum subvehi licet scaphis usque ad octingenta stadia. — Navegavam (os romanos) pelo rio acima em grandes barcos até 800 estadios». Sendo as legoas romanas mais pequenas que as que nós contâmos, ou mais exactas que as nossas quando eram marcadas por miliarios, chegavam até S. João da Pesqueira os 800 estadios; e a navegação não passava acima, como ainda não passava nos principios do seculo passado antes de se cortar o grande cachão que alli havia. As *scaphas* eram como os grandes barcos de 60 e 70 pipas, que ainda hoje vão ao Alto-Douro.

A invasão dos barbaros destruiu quasi tudo que a civilisação romana creára; apenas ficaram pelo rio acima pequenos barcos de passagem. A mesma navegação costeira e de pesca era pequena, e perturbada a cada momento, do seculo VIII em diante até principios de XI, pelas continuas invasões dos piratas normandos, que constantemente infestavam as costas de Galliza, e entraram muitas vezes pelas terras visinhas á costa para roubar, e captivar os povos visinhos, e ainda nos dominios dos reis de Leão não poucas vezes foram repellidos pelos condes e senhores feudaes d'estas terras. Substituiram a estes adversarios importunos, outros mais terriveis e implacaveis, que não davam quartel aos velhos, nem ás creanças, captivando os mais válidos d'um e d'outro sexo, reduzindo-os á escravidão: foram os mouros, que, sahindo das costas de Sevilha e do Algarve, e do porto de Lisboa, em pequenos chavecos, roubavam, captivavam, matavam, incendiavam casas, igrejas, e nem poupavam as searas no estio, queimando tudo.

A navegação entre os christãos que occupavam estas terras era costeira, e muito insignificante, e não podia resistir, mesmo aos chavecos mouros. A *Historia compostallana*, uma das fontes historicas d'esses tempos, nos diz, que para evitar tão grandes males, o arcebispo de Compostella, D. Diogo Gel-

mires, mandou vir de Genova habeis pilotos, marinheiros, e obreiros destros, e bons constructores, os quaes construiram galés d'alto bordo, as quaes, bem armadas e guarnecidas de soldados e marinhagem do Padrão, e costa de Galliza, varreram estas costas até Lisboa e Algarve dos chavecos mouros, e invadiram aquellas terras, causando grandes estragos nas costas mouriscas. Depois das armadas dos cruzados, a navegação do Porto para Inglaterra, Flandres, e para outras cidades maritimas florecentes, augmentou o numero de navios, e tornou a navegação livre, e a cidade do Porto por muitos annos foi o imporio do commercio para o norte e sul do reino, em quanto a cidade de Lisboa estava em poder dos mouros, e ainda alguns annos depois. O commercio enriqueceu os burguezes do Porto, e os direitos que recebiam os bispos, segundo o foral, os tornou opulentos e soberbos.

FIM.